

TEXTO BASE

9º CONGRESSO NACIONAL DA CONTRACS

9º Congresso Nacional da Contracs

Fortalecer conquistas e ampliar direitos para a classe trabalhadora



- Trabalho decente
- 40 horas semanais
- Fim do banco de horas
- Equiparação de direitos
- Pela erradicação do trabalho infantil
- Pelo fim do trabalho aos domingos e feriados aos comerciários
- Pela igualdade de direitos aos terceirizados
- Fim do fator previdenciário

25 a 27 de março de 2015
Guarapari/ES



SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Conjuntura
3. Balanço
4. Projeto Político Organizativo
5. Estratégia Política Organizativa
6. Plano de Lutas

**“Um trabalhador sozinho não tece uma Rede,
ele precisará sempre de outros trabalhadores.
De um que apanha esse grito que ele lançou a outro;
de outro trabalhador que apanhe o grito de um trabalhador antes e o lance a
outro; e de outros trabalhadores que com muitos outros trabalhadores se cruzem
os fios da Rede de seus gritos de trabalhadores, para que a manhã, desde uma teia
tênue, se vá tecendo a Rede, entre todos os Trabalhadores”
João Cabral de Melo Neto – Tecendo a Manhã (adaptação)**

Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam as terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Somos o presente e o futuro da humanidade”.

(Encontro Latino Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores – Caracas, outubro/05)

1. APRESENTAÇÃO

“Há homens que lutam um dia, e são bons; há homens que lutam por um ano, e são melhores; há homens que lutam por vários anos, e são muito bons; há outros que lutam durante toda a vida, esses são imprescindíveis.”
(Bertold Brecht)

A CONTRACS luta defendendo os trabalhadores/as do comércio e serviço há 24 anos e, em 2015, completará 25 anos de uma rica experiência de lutas políticas em defesa dos trabalhadores/as. Desde a sua fundação, em 1990, como DNC - Departamento Nacional dos Comerciários traçou um caminho que prioriza a defesa, a ampliação e equiparação dos direitos, o trabalho decente com saúde de segurança, a democracia e uma nova prática sindical que pudesse de fato representar os trabalhadores/as do comércio e serviços da CUT.

Com este histórico de lutas e conquistas presente na vida da CONTRACS, em 2012, conquistamos oficialmente junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) o direito de ser uma entidade representativa de mais de 250 sindicatos e federações, o que exige de nós um novo olhar sobre nossas estratégias e ações sindicais.

O 9º Congresso Nacional traz a necessidade de ampliarmos nossa visão, avaliar cenários, analisar a conjuntura política, econômica e social, debater e formular propostas que abranjam os trabalhadores e trabalhadoras de leste a oeste, de norte a sul do Brasil das categorias de comércio e serviços e também integrar outras bandeiras reforçando a luta de classe.

Neste sentido, o presente caderno de Texto Base está estruturado com o balanço da gestão, o projeto e as estratégias políticas organizativas e o plano de lutas para o próximo mandato. Sendo assim, orientamos todas as entidades filiadas à leitura coletiva durante as assembleias de tirada de delegados/as para que possam avaliar e sugerir inclusões, alterações ou exclusões ao texto.

Sabemos que teremos grandes desafios no próximo período, em especial a ofensiva do setor patronal sobre os direitos dos trabalhadores/as. Assim, exigirá de nós um sentimento coletivo, um sentimento de união para que todos e todas possamos fortalecer conquistas e ampliar direitos para a classe trabalhadora.

Boa Leitura!

Alci Matos Araujo – Presidente
Coordenação do 9º Congresso
Domingos Braga Mota
Lucilene Binsfeld
Maria do Rosário Assunção
Nasson Antonio de Oliveira
Valeir Ertle

2. CONJUNTURA

Texto de Conjuntura Internacional e Nacional

- 1- No 11º CONCURTO (2012), o debate de conjuntura foi marcado pela defesa dos avanços conquistados nos últimos oito anos do governo do PT e pelo aprofundamento das mudanças em curso. O foco está na disputa pelos rumos do desenvolvimento, através da estratégia de luta política e econômica, pela conquista e ampliação de direitos. Para isso, deve fortalecer a luta pela liberdade e autonomia sindical, valorização do trabalho de homens e mulheres, num ambiente democrático, no campo e na cidade. A mobilização e unidade CUTista são pontos fundamentais para a defesa de um modelo de desenvolvimento que incorpore, cada vez mais, as demandas da classe trabalhadora, o fortalecimento do sindicalismo internacional e a sinergia com outros movimentos sociais.
- 2- Com a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, novos desafios estão postos. No ambiente de aprofundamento na disputa política nacional, em vista das mudanças na composição do Congresso Nacional, conforma-se um quadro desfavorável e contrário aos avanços sociais e trabalhistas. Paralelamente, a economia mundial pressiona quanto às decisões econômicas do novo mandato, já que os países desenvolvidos, por conta da crise, buscam reativar suas economias através de medidas que afetam as economias em desenvolvimento.
- 3- Em termos econômicos, a conjuntura internacional apresenta um processo de recessão, entendida como um desdobramento da crise de 2008, que mantém o quadro de baixo dinamismo, com crescimento médio do PIB mundial em torno de 3% nos últimos anos. Essa situação só não é mais profunda pelo desempenho dos mercados emergentes, em especial China e Índia, que também começam a apresentar desaceleração nos ritmos de atividade. A economia dos EUA, fundamental para o quadro mundial, vem apresentando alguma melhora, com recuperação da demanda privada e do mercado de trabalho, mas sem completar a recuperação dos empregos e salários de antes da crise.
- 4- A Europa segue declinante, com retração no PIB total e recessão em suas principais economias. A opção de combater a crise com políticas de austeridade em oposição a medidas que fomentem o crescimento e os empregos impactou no aumento, ainda maior, das taxas de desemprego e na desvalorização real dos salários. A escolha sobre como combater o problema da crise também teve reflexos no mercado de trabalho, onde os processos de contratação e demissão foram flexibilizados junto às novas modalidades que precarizam as condições de trabalho. Há aproximadamente 26 milhões de desempregados no continente europeu. Estas medidas desvalorizam internamente a força de trabalho e desmantelam a proteção social, procurando reduzir o custo do trabalho e o investimento social dos governos. A luta é intensa pois os sindicatos estão vendo seu poder de barganha diminuir e alguns países veem o número de sindicalizados diminuir.
- 5- A China apresenta uma desaceleração econômica, mas ainda mantém um crescimento robusto. Por sua importância na economia mundial, qualquer redução nos indicadores reflete negativamente nos demais países, inclusive no Brasil.

- 6- Ainda na Ásia, a economia japonesa sofre com a acentuada queda dos investimentos empresariais e a redução de suas exportações, o que coloca o Japão também em estado de recessão. São grandes os desafios de longo prazo para a economia japonesa, que apresenta uma deflação persistente, pela queda do consumo, somadas a uma forte dependência das exportações e ao envelhecimento de sua população.
- 7- A América Latina, neste contexto, apresenta uma diminuição no ritmo de crescimento e estagnação das suas exportações no último triênio. Isso se deve ao baixo dinamismo da demanda externa, principalmente da União Europeia, a queda no comércio interarregional e à diminuição do preço das commodities (principalmente minérios). Tal situação pode reverter os níveis de crescimento econômico e as baixas taxas de desemprego dos últimos anos, necessários para atacar a forte desigualdade na distribuição de renda existente no subcontinente. Entre 2002 e 2013, a desigualdade de renda diminuiu em 14 dos 17 países da região, o que significa 50 milhões de pessoas deixando a pobreza extrema. Os governos do Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador, nos últimos 10 anos, colocaram seus esforços para a adoção de espaços de integração política, econômica e social, criando espaços de negociações fora da esfera de influência americana. Como exemplos temos a UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos). Estes espaços de negociações são importantes para reverter a situação de baixos níveis de investimento em infraestrutura necessário para elevar o nível de vida da população e potencializar as atividades econômicas, desafios que os governos progressistas da região devem enfrentar.
- 8- Com o forte impacto da crise internacional no final de 2008, a economia brasileira interrompeu sua trajetória de crescimento. Uma análise do PIB revela que, entre 2002 e 2010, a economia brasileira cresceu de forma acelerada, tendo uma retração no final de 2008 - o auge da crise, mas, em seguida, se recuperou rapidamente. Desde 2011, vivemos em uma situação em que o PIB cresce relativamente pouco e de forma oscilante devido ao desempenho de alguns setores econômicos como a agricultura, a indústria e os serviços. Analisando a produção desses setores constata-se que a evolução da produção industrial ficou bem abaixo dos outros dois. Enquanto a produção agropecuária quase dobrou entre 1995 e 2014, a industrial aumentou apenas cerca de 40%. E, mais do que isso, desde 2010, a produção industrial encontra-se estagnada.
- 9- O conjunto de medidas tomadas pelo Governo Federal para minimizar o impacto da crise mundial no País teve um impacto importante na manutenção do crescimento econômico e do emprego, em especial às medidas ligadas ao Plano Brasil Maior. O entendimento de que o investimento deve ser priorizado para fortalecer a indústria local deve ser o foco da política econômica. O BNDES tem desempenhado um importante papel no fomento ao desenvolvimento com aumento de 29% dos investimentos até 2016.
- 10- Medidas recentes do governo, porém, podem afetar negativamente o desempenho da economia brasileira no próximo período. Entre elas, destaca-se a elevação da taxa de juros, que restringe os investimentos produtivos e eleva a dívida pública com impacto negativo no mercado de trabalho.

- 11- O mercado de trabalho ainda vem apresentando um cenário positivo, apesar das taxas pouco robustas de crescimento do País: baixos índices de desemprego, com permanência de geração de novos postos de trabalho formais e as negociações coletivas apresentando reajustes salariais com ganhos reais na faixa dos 2%. Entre 2008 e 2013, o Brasil obteve a criação de 11 milhões de empregos formais. De modo geral, no Brasil, a taxa de desemprego tem um comportamento decrescente nos últimos anos, como aponta a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), já que a taxa de desemprego caiu de 9% para 5,4%, entre 2008 e 2013, respectivamente.
- 12- Em parte, esse comportamento se deve a diminuição de trabalhadores a procura de emprego, dado a melhora na renda familiar e o aumento dos anos de estudo, que postergam a entrada dos jovens no mercado de trabalho. A participação dos trabalhadores assalariados com carteira assinada e dos estatutários do setor público, modalidades de inserção ocupacional no mercado de trabalho com maior proteção e acesso aos direitos trabalhistas, continua se elevando.
- 13- O lado negativo está nas baixas remunerações dos novos postos de trabalho, que refletem as dificuldades da atividade econômica e influenciam a baixa evolução dos rendimentos e reforçam uma conjuntura de poucas perspectivas de melhorias no mercado de trabalho.
- 14- Embora não se possa afirmar que o Brasil se encontre em recessão, isto é, em retração geral da atividade econômica, o percentual previsto de crescimento do PIB é muito baixo e ameaça o processo de desenvolvimento do País. Se a economia não se expandir, o processo de inclusão social poderá ser interrompido, o que já se reflete em alguns indicadores sociais. O País precisa crescer a taxas mais elevadas, por um longo período, para aumentar a renda per capita e melhorar a vida da população.
- 15- Mais de 30 milhões de pessoas foram retiradas da situação de pobreza extrema, através da criação de postos de trabalho, da valorização do salário mínimo e das políticas de transferência de renda e de inclusão social. Houve, na realidade, uma mudança em relação ao modelo de desenvolvimento: o projeto neoliberal dos governos anteriores foi substituído por outro em que o Estado desenvolve políticas focadas na redução das desigualdades econômicas e sociais. Para tanto, o movimento sindical deve agir para construir um país justo e com condições dignas de vida, ao garantir a ampliação dos direitos trabalhistas, formas de trabalho decente e ampliação das políticas públicas

Comércio

- 16- O setor do Comércio, mesmo num cenário de estagnação da economia, vem apresentando um crescimento superior ao do PIB. O desempenho do comércio varejista apresenta taxas de crescimento médio em torno de 4% no período de 2012 enquanto o PIB cresceu apenas 2,3%.
- 17- Entre 2007 e 2013, o ritmo de crescimento das vendas vem diminuindo, mas continua positivo por conta da expansão da massa salarial em termos reais e pelo acréscimo de crédito do sistema financeiro. O aumento do salário mínimo, os reajustes dos pisos regionais,

os programas de transferências de renda e o crescimento do volume de crédito têm contribuído para os bons resultados do setor.

- 18- O comércio é um dos setores que, tradicionalmente, mais contrata mão de obra. Em 2013, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 19,4% dos trabalhadores/as formais brasileiros pertenciam ao comércio (cerca de 9,5 milhões de trabalhadores), atrás somente do setor de Serviços (34,2%), segundo dados da RAIS. Foram mais de 314 mil vagas abertas com registro em carteira no ano. Entre janeiro e outubro de 2014 no Brasil, foram 81 mil postos no comércio evidenciando uma diminuição do ritmo de geração de empregos no setor.
- 19- O setor do comércio possibilita a inserção em inúmeras funções não especializadas e de baixa remuneração que, em geral, não requerem qualificação ou experiência anterior atraindo um grande número de jovens trabalhadores. Deste modo, o setor ainda apresenta um alto grau de flexibilidade nas condições e relações de trabalho, com elevada informalidade, crescentes e expressivas taxas de rotatividade e um grande número de trabalhadores/as submetidos a extensas jornadas.
- 20- No comércio varejista, houve intensificação da entrada de capital externo através de fusões e aquisições e da abertura de capitais das empresas nacionais, que entraram no mundo do mercado financeiro. Neste contexto, a concentração aumentou devido a uma estratégia agressiva das companhias (principalmente da CBD, do Carrefour e do Walmart). Atualmente, 60% do faturamento total das 300 maiores empresas do setor de super e hipermercados estão concentrados em somente cinco delas, segundo o ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).
- 21- Além disso, o crescimento dos shoppings centers, o aumento das vendas do e-commerce, introdução de novas tecnologias em redes de departamentos e supermercados são mudanças significativas neste novo modelo do comércio brasileiro. Estas mudanças têm trazido impactos significativos na vida do trabalhador: terceirização e diversas formas de flexibilização implementadas foram políticas intensa e extensamente praticadas no setor do comércio gerando uma precarização das relações de trabalho e na evolução do número de empregos. A remuneração também foi afetada significativamente e sofreu alterações aumentando a parcela da remuneração variável através do cumprimento de metas e impactando diretamente na jornada de trabalho e na saúde do trabalhador/a.

Serviços

- 22- O setor de Serviços, entre 2003 e 2013, aumentou sua relevância no conjunto da economia brasileira, passando de 64,7% para 69,4% na composição do PIB em razão do crescimento da renda e do desenvolvimento social observado no período. O setor tem sido fundamental para o comportamento do PIB brasileiro, sendo que nos últimos quatro anos o setor de serviços avançou 11,6%, enquanto o crescimento da economia, no geral, ficou no patamar de 9,3%, segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).
- 23- Apenas em 2013, tivemos um crescimento significativo de 8,5% nas receitas ligadas ao setor de serviços na comparação com o ano anterior. Alguns segmentos, impulsionados pela

demanda do consumo, têm apresentado expansão mais acentuada, como Serviços de alojamento e alimentação (10,8%) e Outros serviços (6,7%) – que inclui serviços imobiliários, serviços auxiliares financeiros, asseio e conservação. Já em 2014, com dados até setembro, o setor de serviços registrou no Brasil um crescimento acumulado de 12 meses de 6,6%.

- 24- A recente expansão da renda tem incentivado o setor, sendo o que mais emprega desde 2003, atingindo um patamar de vínculos formais de 16,7 milhões de trabalhadores/as (RAIS/2013). Esse movimento teve impactos no aumento da formalização. De acordo com o CAGED/MTE, em 2014, os serviços corresponderam a 63,9% do saldo total de empregos criados com carteira assinada, ao adicionarem, respectivamente, 582 mil postos de trabalho, o que corresponde a um aumento de 7,4% em comparação a 2013 (542 mil novos postos).
- 25- Merece destaque o setor dos serviços domésticos, atividade que apresenta um contingente de aproximadamente 6,4 milhões de trabalhadores/as domésticos/as remunerados, apresentando uma variação de -0,2% entre 2012 e 2013. Ainda predomina o maior contingente de mulheres (96% do total), em sua maioria negras, que representam aproximadamente 14% da força de trabalho feminina (dados de 2013 da PNAD-IBGE e da PED).
- 26- A Emenda Constitucional nº 72 corrige uma injustiça e equipara os direitos trabalhistas da categoria com os demais trabalhadores/as do setor formal, representando um avanço no processo de construção da cidadania das trabalhadoras/es domésticas/os, mas ainda precisa ser regulamentada. Contudo, muitos desafios característicos da categoria ainda persistem e devem ser enfrentados, como o baixo nível de escolaridade, os baixos rendimentos e as jornadas extensas, que chegam a 53 horas semanais.
- 27- No setor de Turismo e Hospitalidade, em razão da realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, um levantamento preliminar do Ministério do Turismo computou 18 milhões de passageiros nos 20 principais aeroportos do País durante o mundial, mais de 1 milhão de visitantes estrangeiros e gastos em torno de R\$6 bilhões. Sem contar as cidades-sede de jogos da Copa, localidades específicas registraram grande afluência de estrangeiros. A taxa de ocupação hoteleira atingiu o patamar de 75%, sendo maior nas cidades-sede, representando um aumento de 20% da ocupação no período. O segmento de bares também teve um bom desempenho, segundo a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), as vendas cresceram 25% em média no período e o faturamento geral do setor atingiu R\$11 bilhões em junho (alta de 20% comparada ao mesmo período do ano anterior).
- 28- A preparação para a Copa teve impacto no setor do turismo, que inclui alojamento e alimentação, abrindo 11,8 mil vagas, em maio de 2014. Esse movimento se mostrou inconsistente, pois em outubro de 2014 houve um avanço dos desligamentos com o fim da Copa do Mundo. Foram absorvidas apenas 1.624 vagas. Portanto, as principais atividades do setor estabilizaram ou retraíram seus ritmos de contratações. Neste panorama, cabe ao movimento sindical avançar em suas demandas, dentre elas, a qualificação profissional, melhores salários (55,7% dos trabalhadores recebem entre 1 a 1,5 salário mínimo), a defesa da Plataforma do Trabalho Decente promovida pela OIT, a questão da terceirização e a expansão da infraestrutura de transportes, hotéis e restaurantes.

- 29- Uma importante realização para a melhoria das condições de trabalho foi a assinatura do Pacto Nacional do Setor Hoteleiro, que foi inspirado no modelo utilizado no setor da Construção Civil. Neste pacto, as empresas participantes se comprometem a respeitar os direitos fundamentais dos trabalhadores/as, estabelecidos pela OIT, o combate às formas degradantes de trabalho e a promoção de iniciativas de inclusão laboral, beneficiando trabalhadores e trabalhadoras do setor. As negociações serão retomadas para o aperfeiçoamento do Pacto até as Olimpíadas em 2016, beneficiando milhares de trabalhadores/as diretamente impactados pela realização dos grandes eventos esportivos no Brasil.

- 30- Entre as novidades do Pacto estão as comissões de acompanhamento instalados nas cidades-sedes da qual a Contracs e seus sindicatos filiados fizeram parte. Estas comissões tinham como função verificar o cumprimento do acordo assinado por empresas, Governo e entidades sindicais e acompanhar as homologações dos trabalhadores empregados apenas para atender à demanda gerada com a Copa do Mundo 2014.

- 31- A perspectiva de crescimento do setor para 2015 depende do comportamento dos outros setores, principalmente da indústria, e das políticas de geração de renda e emprego que são variáveis fundamentais para o ritmo de atividade dos serviços. Portanto, os setores que se utilizam de serviços especializados em suas atividades dependem destes serviços ao longo de suas cadeiras de produção, distribuição e vendas.

3. BALANÇO DA GESTÃO

INTRODUÇÃO

CONTRACS 25 anos

A importância de organizar os trabalhadores

- 32- Foram grandes os sentimentos e anseios daqueles que queriam criar a CONTRACS em 1990. Essa Confederação, que em 2015 completará 25 anos de existência com muita luta e importantes vitórias aos trabalhadores/as do comércio e serviços, neste momento se desafia a crescer ainda mais, a representar mais trabalhadores/as e sindicatos, a lutar pela ampliação de direitos e ser reconhecida como a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços deste País.
- 33- Este balanço visa apresentar de forma resumida as grandes conquistas políticas e organizativas do período de novembro de 2011 a março de 2015, ou seja, a gestão do mandato eleita no 8º Congresso, mas resgatará, sobretudo e a todo o momento, a trajetória de luta bem como buscará resoluções anteriores que balizaram as estratégias aplicadas.
- 34- Iniciaremos com a grande conquista: a concessão do registro sindical. Durante a cerimônia do 8º Congresso Nacional da CONTRACS foi publicado oficialmente o registro sindical da confederação, uma luta antiga, desde a sua fundação em 1990, em que companheiros e companheiras organizados contra a estrutura sindical vigente se desafiaram a criar uma Confederação que representasse de fato os anseios dos trabalhadores/as e que contribuísse para uma organização sindical forte e democrática, com princípios de liberdade e autonomia sindical.
- 35- A concessão do registro sindical oportunizou melhores condições para fortalecer ainda mais a organização sindical em nível nacional. Para isso, várias estratégias de crescimento e consolidação do nosso projeto político foram desenvolvidas ao longo dessa gestão.
- 36- Destacamos a atuação em ações sindicais nacionais de massa, como as marchas em Brasília e em São Paulo e a coleta de votos no plebiscito popular. A participação na 5ª Marcha da Classe Trabalhadora conseguimos mobilizar mais de 300 dirigentes sindicais do ramo, que caminharam contra a crise, pelo desenvolvimento e valorização do trabalho. Na 8ª Marcha das Centrais Sindicais em São Paulo, mobilizamos mais de 40 entidades sindicais do ramo, que marcharam para construir um País mais igualitário e inclusivo e reivindicaram pelo investimento de 10% do PIB na Educação. No total, com participação também na 6ª e 7ª marcha, o ramo representou mais de 1.500 dirigentes do ramo que saíram em caravanas, incentivadas pela CONTRACS e pelas CUTs Estaduais, na defesa dos direitos dos trabalhadores/as.
- 37- Em São Paulo e em Brasília, a CONTRACS atuou diretamente na coleta de votos a favor do plebiscito popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. A estrutura montada pela Contracs contou com urna, lista de assinaturas, além de folders e jornais informativos sobre o Plebiscito Nacional. O diálogo com a população foi proveitoso. A Contracs conseguiu dialogar com

jovens, adultos e idosos e pôde debater a importância da reforma política no Brasil. A maioria das pessoas que parou para escutar sobre o plebiscito votou a favor e muitos chegaram a levar os folders e jornais para casa, a fim de divulgar para os familiares e amigos a votação e a importância de participar. A CONTRACS tem trabalhado com essa linha de diálogo com a população, pois conscientes de que vivemos em uma sociedade com projetos em disputa, nosso olhar deve ser para além dos trabalhadores, e sim a população como um todo, como exemplo a coleta de assinaturas nas ruas em favor dos direitos das domésticas na campanha 12 para 12, a coleta de votos pelo fim do imposto sindical e nas manifestações com os movimentos sociais pelo fortalecimento do SUS.

- 38- Ao consultar as resoluções congressuais dos setes congressos realizados, a atuação e organização regional sempre estiveram presente como uma grande ação estratégica para o fortalecimento e crescimento da Confederação.

Organização regional

- 39- No 8º Congresso foram criadas as coordenações regionais, como um dos principais objetivos da Contracs para o fortalecimento do ramo nas diversas regiões do Brasil, em que pudesse se tornar um elo entre as entidades filiadas e a CONTRACS. Esse processo inovou todo o trabalho estratégico.
- 40- As demandas das entidades, bem como as resoluções de encontros e seminários, passaram a ser tratadas como prioridades. A lógica da organização foi invertida, ou seja, as entidades filiadas passaram a organizar toda a ação política estratégica da direção da CONTRACS. Com esse trabalho conquistamos a aproximação da Confederação com os dirigentes sindicais que, em muitos encontros, apresentaram a satisfação de ter uma Confederação que considera as particularidades locais e ao mesmo tempo socializa e intercambia experiências.

Conhecer os setores que compõem a CONTRACS

- 41- A partir desta atuação regional, foi possível se aproximar dos sindicatos e federações que representamos. Com essa aproximação, identificamos as demandas e adequamos às necessidades de cada categoria que representamos, mas, sobretudo, desenvolvemos ações sindicais específicas que dialogassem com esses trabalhadores/as.
- 42- Para iniciar este trabalho, com caráter investigativo e organizativo, foram realizados encontros setorizados – comerciários/as, trabalhadores/as na esfera pública, asseio e conservação, entidades sindicais, instrutores/as de trânsito, domésticas/os e hoteleiros/as. Estas ações contribuíram para um trabalho direto e assertivo para cada categoria, como a luta pela regulamentação da profissão comerciária, pelo fim das aulas noturnas aos instrutores/as de trânsito, a luta pela garantia do reconhecimento das convenções coletivas nos processos licitatórios, a luta pelo combate assédio moral nas entidades sindicais, a campanha nacional pela equiparação de direitos das trabalhadoras/es domésticas/os, e a assinatura do Pacto Nacional de Promoção do Trabalho Decente aos trabalhadores/as do setor hoteleiro na Copa do Mundo 2014.
- 43- Com o trabalho regionalizado e setorizado, a CONTRACS se aproximou das entidades filiadas e pautou as demandas locais em seus planejamentos anuais, realizados a partir das solicitações nos encontros.

A Organização Sindical

- 44- Com este trabalho regionalizado, no âmbito **organizativo e político-sindical**, focou-se no fortalecimento dos estados e oportunizou a criação das Fetrams nos estados do Espírito Santo e Bahia, pautadas na concepção de organização da base e organicidade à CUT, ou seja, por ramo.
- 45- Outra ação importante e assertiva foi a conquista da filiação da Fetram-AM à Contracs e à CUT. Com isso, conquistamos na região norte do País uma referência de luta. Hoje, temos condições de fazer o enfrentamento nessa região tão carente no acolhimento das entidades sindicais e, por isso, o objetivo é avançar ainda mais – tanto na construção de oposições quanto na fundação de novas entidades.
- 46- A CONTRACS também priorizou a informação e orientação às entidades sindicais quanto à nova Portaria 326/MTE bem como suas exigências para os editais, atas e estatutos. Produziu um manual específico sobre a Portaria e com modelos dos documentos necessários para a fundação de entidades. Adotou também uma assessoria jurídica e assessoria técnica específicas com atuação em São Paulo e em Brasília tanto para orientar as entidades como para acompanhar processos no MTE.
- 47- Muitas mudanças ocorreram com a edição da Portaria 326/2013 e essa tarefa de informar e formar nossos dirigentes eram imprescindíveis. Inclusive, contribuimos diretamente na edição desta portaria na tentativa de moralizar a criação de sindicatos a partir da publicação das novas regras.
- 48- Essa iniciativa trouxe importantes resultados políticos. Muitos sindicatos foram criados, passamos a ter total controle de cada pedido de registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego, as entidades reduziram os custos com os processos e, principalmente, abrimos um canal de diálogo diretamente com a Secretaria de Relações do Trabalho com audiências permanentes possibilitando orientações diretas aos sindicatos do ramo.
- 49- Além disso, a secretaria tem assento em conjunto com a CUT no Conselho de Relações do Trabalho, espaço de discussão de diversos temas importantes tanto para nossa Central quanto para nossa Confederação, a exemplo do trabalho que está sendo desenvolvido é a construção de uma tabela de categorias. Outros temas importantes para o nosso ramo e que tivemos papel fundamental foram: limite de atuação dos movimentadores de mercadorias; atuação dos promotores de vendas em sua atividade; trabalho aos domingos e feriados; entre outros.
- 50- Também teve a preocupação de catalogar todas as entidades para o acompanhamento das informações sobre o andamento dos pedidos de novas filiações à Confederação e à CUT. Nesse processo, identificamos mais de duas mil entidades do ramo do comércio e serviços que não indicam nenhuma central sindical no MTE.
- 51- Além disso, ainda há nove sindicatos do ramo que são filiados à CUT e não indicam a Central no Ministério. Temos também em nosso cadastro 252 entidades filiadas, sendo que 70 ainda não possuem registro junto ao MTE, o que demanda acompanhamento e orientação às entidades para que atualizem seus cadastros.

- 52- Do ponto de vista organizativo, atuamos em duas frentes: orientar os sindicatos filiados e traçar estratégias para ampliar nossa base entre as entidades que não são filiadas a nenhuma Confederação e Central. Por isso, ao longo dessa gestão, foram realizadas várias visitas às entidades para termos um contato mais próximo com nossa base, conhecer a realidade de cada entidade e filiar novos sindicatos.
- 53- Paralelo a essas ações e visitas, foi estabelecido um compromisso político com diversas entidades que ainda não têm registro sindical e recebem auxílio da Contracs. Essa ajuda é essencial para que esses sindicatos possam fortalecer sua organização interna e política e, como contrapartida, foi firmado um compromisso que aproximou as entidades da Confederação e tem contribuído para que possamos ter um trabalho cada vez mais alinhado com a base.
- 54- Nesse sentido, tivemos uma atenção especial com os sindicatos de trabalhadoras domésticas para que consigamos regularizar a situação dessas entidades e fortalecer a organização dessa parcela de trabalhadores/as historicamente excluídos de direitos. Ao resolver essas pendências, encaminharemos a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), o que potencializará a representação e organização dessas trabalhadores/as em nível nacional.

Campanha de Sindicalização e Filiação

- 55- Para a Campanha de Sindicalização e Filiação, que tem previsão de ser encerrada em 2015, trabalhamos para investir na ampliação da sindicalização e na filiação de novos sindicatos e aproximar as entidades distantes, sobretudo através da estratégia de fortalecer a organização do ramo por regiões. Como meta, estabelecemos a ampliação da base de sócios em 13% o que representa mais de 40 mil novos associados.
- 56- Realizamos lançamentos nos estados com o apoio das Federações e distribuição de materiais como os cartazes e folders. Foi uma ação estratégica que para além de aumentar o número de sócios, estreitamos os laços da CONTRACS com as entidades filiadas.
- 57- Trabalhamos também no acompanhamento de eleições e mapeamento de sindicatos não filiados a nenhuma Central, entre outras ações sindicais que tem ampliado a base. Elaboramos também materiais de apoio da campanha como forma de subsidiar a ação sindical. Foram produzidos panfletos, praguinhas, folder, entre outros materiais que pudessem auxiliar nas visitas aos sindicatos.

O resgate da formação sindical de base

- 58- A organização dos trabalhadores na luta contra as opressões sempre fez parte da história. O enfrentamento cotidiano entre trabalho e capital exige cada vez mais preparo de nossos trabalhadores sindicalistas no exercício do trabalho de base, e é neste contato diário, que os dirigentes fortalecem-se e ganham o coração e a mente desses trabalhadores, ganhando militantes para o nosso projeto sindical e projeto de sociedade conforme nossos princípios.
- 59- É a partir deste conceito e atendendo a reivindicação das entidades filiadas, a formação sindical da CONTRACS teve um papel em destaque nesta gestão. Pautou-se em uma

metodologia de trabalho orientada a atender as demandas elencadas pelas entidades filiadas, o que resultou na aproximação da Confederação com as entidades filiadas.

- 60- Dentre os trabalhos desenvolvidos, destacamos abaixo três experiências importantes: a formação em negociação coletiva, em gestão sindical e para representação sindical de base.

A experiência em negociação coletiva

- 61- Com objetivo de qualificar a prática sindical e estimular a militância, a formação da Confederação levantou as principais reivindicações do ramo nas temáticas de juventude, gênero, saúde e segurança e raça aliando o crescimento do ramo de comércio e serviço para formar novos/as dirigentes sindicais.
- 62- Em parceria com o Dieese, foram realizadas 6 (seis) oficinas regionais, sendo que o Nordeste recebeu duas oficinas pela grande concentração de entidades filiadas. As oficinas avaliaram as negociações das regiões, a conjuntura local e nacional, a preparação e as estratégias necessárias à negociação coletiva com focos em dois públicos:
- O/a novo/a dirigente sindical
 - O/a dirigente sindical experiente.
- 63- A diversidade de público foi avaliada como positiva pelos participantes. Todos consideraram esta estratégia como fundamental no processo formativo devido à troca de experiências em um processo de elaboração e reelaboração do conhecimento.

A Gestão Sindical: Gestão Financeira e Organização Sindical

- 64- A secretaria de formação em conjunto com a secretaria de Administração e Finanças não mediu esforços para que a atuação sindical seja, cada vez mais, sinônimo de transparência, solidariedade e participação dos trabalhadores/as. Realizaram 2 (duas) oficinas de Gestão Sindical voltada ao público administrativo e financeiro das entidades.
- 65- As oficinas tiveram a parceria da CUT Nacional, com objetivo de reforçar um princípio fundante da nossa Central, que é as finanças a serviço da implantação do projeto político da entidade. Neste contexto, as oficinas abordaram a contabilidade, a relação e registro com funcionários das entidades, as responsabilidades fiscais, controles financeiros, orçamento participativo bem como o planejamento estratégico da direção que traduz o projeto político da entidade.
- 66- Também foram abordados a importância do registro dos sindicatos e as atualizações necessárias no Ministério do Trabalho e Emprego, mas sobretudo o debate da nossa Central sobre a autossustentação financeira das entidades decidida de forma democrática pelos trabalhadores/as.
- 67- Para a realização dessa formação, foi elaborada uma revista “Gestão Financeira para as entidades sindicais” utilizada como subsídio aos trabalhos formativos e para consulta dos sindicatos e federações.
- 68- Essas experiências trouxeram novos desafios para a formação e a organização sindical. Entre eles, como envolver a gama de categorias que compõem a representação do comércio e

serviços, mas, sobretudo, uma reflexão com as diferentes formas do “fazer” a formação, respeitando as peculiaridades regionais.

A formação sobre Organização e Representação Sindical de base

- 69- A partir dos encontros de setores bem como os demais eventos da Confederação, os dirigentes sindicais elencaram que o antigo curso de formação chamado CEPS (Concepção, Estrutura e Prática Sindical) era necessário retomar, pois muitos sindicatos, no processo de renovação, tinham novos dirigentes que precisavam desta formação básica para uma melhor atuação sindical.
- 70- Neste sentido, a CONTRACS fechou parceria através da Secretaria Nacional de Formação da CUT, com as escolas sindicais Nordeste e São Paulo e realizou duas oficinas de ORSB – Organização e Representação Sindical de Base com a presença de mais de 150 dirigentes, novos e experientes, onde puderam resgatar as principais lutas da classe trabalhadora, analisar os momentos históricos e a atual conjuntura, a importância da comunicação sindical e a estrutura sindical brasileira.
- 71- Considerando a pluralidade de representação da CONTRACS, a formação sindical avalia que unir as entidades nas regiões e envolver homens e mulheres enquanto sujeitos da ação sindical é contribuir para o projeto político sindical da nossa Confederação bem como da nossa Central.

A lei e os trabalhadores – a criação da Secretaria Jurídica

- 72- Criada no 8º Congresso Nacional do ramo, a Secretaria de Assuntos Jurídicos se destacou em seu primeiro mandato. Com a proposta de dar embasamento jurídico para as grandes ações sindicais necessárias para a nova configuração da Confederação, os resultados puderam ser medidos no I Encontro Nacional Jurídico, que contou com a participação de mais de 100 dirigentes sindicais, advogados e assessores jurídicos dos sindicatos e federações debatendo os conflitos e direitos dos trabalhadores/as do comércio e serviços.
- 73- Este encontro foi um marco na história da Confederação. Com a presença de juízes, promotores públicos e desembargadores federais, debateu jurisprudências, a atuação do Ministério Público sobre as entidades sindicais, ações coletivas, socializou melhores práticas e criou uma rede de advogados que assessoram as entidades para o diálogo e troca de informações de âmbito nacional. Além de formativo, este encontro possibilitou à CONTRACS um espaço de reconhecimento na esfera jurídica federal. Criou parcerias e diálogo com importantes nomes na defesa dos trabalhadores/as.
- 74- Paralelo a estas ações, a CONTRACS também priorizou a análise da composição do Congresso Nacional e elaboração das leis, com a contratação de assessoria jurídica parlamentar especializada em Brasília, que acompanha todos os Projetos de Lei relativos aos trabalhadores/as do comércio e serviços. Essa iniciativa proporcionou uma ação qualificada, pois passamos a analisar os PLs, propor alterações e adequações, mobilizar dirigentes na defesa na ampliação de direitos, abertura de diálogo com parlamentares e participação em audiências públicas.

- 75- Passamos a atuar pontualmente em cada processo, com reuniões com os deputados, entrega protocolada de posição dos trabalhadores/as, participação em audiências públicas, mobilização com militantes em votações estratégicas e com destaque o Lançamento da Agenda Legislativa dos trabalhadores/as do comércio e serviços. Este trabalho foi muito elogiado por deputados federais compromissados com os trabalhadores que disseram ser um instrumento que, enfim, eles/as poderiam se balizar para a defesa na Câmara.
- 76- Este trabalho de acompanhamento parlamentar é diário e permanente. Neste sentido, foi criado o Boletim Eletrônico Jurídico, com periodicidade mensal, para divulgar as entidades filiadas os projetos de lei em tramitação que favorecem os trabalhadores/as bem como aqueles que buscam a retirada de direitos dos trabalhadores/as. Essa ação informativa visou orientar os dirigentes sindicais a dialogarem com seus parlamentares locais de forma a cobrar posição na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.
- 77- Outro trabalho importante foi a assessoria em processos de eleições sindicais e fundação de sindicatos. A CONTRACS passou através da Secretaria Jurídica e a Secretaria de Organização a oportunizar consultoria jurídica para os processos de disputas sindicais.

A comunicação – o apoio necessário às secretarias

- 78- Em um contexto de intenso enfrentamento ideológico de disputa e defesa pela democratização da mídia, a comunicação da Contracs teve uma atuação estratégica e com foco organizativo. Durante a gestão 2011-2014, diversos foram os trabalhos que destacaram as ações da Confederação.
- 79- Entre as primeiras ações, destacou-se a reformulação do site da entidade, que estava em processo de adaptação e adequação junto à CUT Nacional desde o final da gestão anterior. Além disso, passou a atuar através de um perfil e uma fanpage no Facebook para que sua comunicação fosse mais integrada e ágil também através das redes sociais. A secretaria de comunicação deu continuidade à produção semanal de um boletim de notícias bem como passou a produzir um boletim jurídico com informações específicas sobre projetos de lei que podem afetar diretamente os direitos dos trabalhadores/as do ramo bem como de todos os trabalhadores/as brasileiros.
- 80- Além de manter a periodicidade trimestral do jornal, a gestão 2011-2014 inovou com a produção anual de uma revista da entidade, que oportunizou a divulgação de todos os trabalhos realizados pela confederação a todas as entidades filiadas.
- 81- Trabalhou ainda de forma articulada com as demais secretarias e demandas através do desenvolvimento de cartilhas específicas de alguns temas e setores como o Estudo do Setor Hoteleiro, Agenda Legislativa, Cartilhas sobre os Anexos I e II da NR-17, Manual para Fundação de Sindicatos, Cartilha Assédio Moral e a Revista de Gestão Sindical.
- 82- Foram desenvolvidas campanhas temáticas oportunizando o diálogo com os trabalhadores/as nos mais diversos municípios que possuem a representação CUTista, como a Campanha anual de luta pela Creche, Campanha de Sindicalização do ramo, Campanha de Sindicalização das domésticas, Campanha de Combate à Exploração Sexual Infantil, Campanha pelo Plebiscito Popular, Campanha de Mobilização pela Igualdade de Direito das

Trabalhadoras/es Domésticas/os, Campanha Basta de Racismo e a Campanha pelo Fim do Fator Previdenciário.

- 83- A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT realizou o I Encontro Nacional de Comunicação, onde debateu sobre o direito à comunicação e promoveu uma oficina prática entre os/as dirigentes e assessores presentes. No primeiro encontro também se formou o coletivo de comunicação, que tem como objetivo debater e fomentar o debate sobre o direito à comunicação nas entidades filiadas.
- 84- Foi também durante o I Encontro Nacional de Comunicação que os/as dirigentes e participantes aprovaram a filiação da Contracs ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e na busca por uma mídia mais democrática e plural.
- 85- Participamos também de disputas importantes no campo da comunicação como a votação do Comitê Gestor da Internet, entidade quadripartite que regula os serviços da Internet no Brasil tanto na parte de implantação quanto de estudos e viabilidade. Demanda do I Encontro Nacional de Comunicação, a Contracs tirou como encaminhamento indicar 10 entidades para o processo de votação do Comitê Gestor da Internet – demanda que conseguiu cumprir.
- 86- A secretaria de comunicação também promoveu, em 2014, três oficinas regionais de comunicação com o objetivo de tratar do tema de forma pontual em todas as regiões do País. A realização das oficinas regionais foi uma demanda solicitada pelos membros do coletivo de comunicação. As oficinas aconteceram em São Paulo, Brasília e Fortaleza e tiveram como tema a conjuntura político-eleitoral e a mídia, tema que estava na pauta devido ao período de eleições.

A Organização das mulheres trabalhadoras – uma política ativa de luta pela equiparação de direitos entre homens e mulheres

- 87- A política estratégica da Contracs em defesa das mulheres trabalhadoras foi ampliar a organização para a luta em prol da equiparação de direitos entre homens e mulheres. A Secretaria agiu de forma decisiva para que a especificidade da situação vivida pelas mulheres trabalhadoras fosse incorporada enquanto uma luta de toda a classe trabalhadora.
- 88- Foram realizados encontros regionais que fortaleceram as ações dos Coletivos de Gênero com o objetivo de incentivar que as entidades sindicais promovam políticas e ações voltadas para as mulheres do ramo do comércio e serviços e ampliem a sua participação no movimento sindical.
- 89- Este trabalho por coletivos regionais veio ao encontro da estratégia política geral da Confederação em fortalecer as regionais. O objetivo foi de aproximar as entidades, ouvir as demandas locais objetivando a base de trabalho para as ações nacionais.
- 90- Empoderar as dirigentes sindicais e trabalhadoras do comércio e serviços foi a proposta utilizada para Encontros e Seminários desenvolvidos nesta gestão. Realizou-se Encontro Nacional de Gênero que aconteceu na cidade de Natal - RN, onde foi debatido vários temas tais como: “Pela igualdade de gênero no mercado de trabalho através da negociação

coletiva”, “Mulheres: violência no trabalho e na vida” e “Igualdade de Oportunidade - Liberdade e autonomia se constroem com igualdade: Paridade Já!”, e também do Seminário “Práticas Sindicais e a Participação das Mulheres” realizado em conjunto com a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e o apoio da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais), proporcionando a troca de experiência entre trabalhadoras de diferentes setores da CONTRACS e trabalhadoras de outros países.

- 91- As cláusulas de gênero tiveram um tratamento especial. Foi possível através da avaliação do nosso banco de dados, Sistema de Acompanhamento das Convenções Coletivas - SACC CONTRACS – um levantamento sobre o número de cláusulas dos anos de 2012 e 2013, que demonstrou uma melhora significativa. Neste período, nota-se a ampliação do número de cláusulas (de 3 para 17) e também uma maior variedade de temas, mostrando que o debate promovido juntamente aos coletivos de gênero e com as entidades do ramo provocaram um avanço nas negociações em benefício das mulheres trabalhadoras do comércio e serviços.
- 92- Todas as atividades realizadas pela Secretaria de Mulheres da CONTRACS tiveram como objetivo a formação, capacitação e o engajamento das mulheres nos temas sobre a mulher trabalhadora.
- 93- Essa ação foi possível pelo envolvimento das mulheres do ramo, bem como o compromisso de várias entidades filiadas. Assim a Secretaria de Mulheres conseguiu desenvolver e organizar os coletivos da Regional Centro Oeste/BA/MS, da Regional Sul, o 3º e o 4º Encontro de Mulheres Regional Norte/Nordeste, Reunião do Coletivo de Mulheres Regional Sudeste e reunir o Coletivo de Mulheres Regional Centro Oeste/BA/MS.
- 94- Para organizar todas essas mulheres não foi e não é um trabalho fácil e é um desafio constante para a Confederação. O diálogo permanente é um processo necessário, assim ressaltar as datas que defendem as mulheres foi um trabalho com olhar atento. Para o 8 de março, a secretaria produziu uma agenda de bolsa e também enviou a Cartilha do NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação com o Tema: “Dia Internacional da Mulher” e 30 dias de divulgação de artigos e matérias no site. Também foram produzidos cartazes para a Campanha anual da Creche, Campanha de Combate à Exploração Sexual Infantil e a publicação de ponto de vista sobre a violência contra a mulher.
- 95- Sobre o combate à violência praticada à mulher, a data de 25 de novembro e a campanha 16 dias de ativismo pelo fim à violência contra a mulher foram trabalhadas com notícias publicadas no site e redes sociais da Confederação, bem como parceria das entidades filiadas a UNI – Union International Networking, através do conselho de enlace com seminário formativo e ato de rua, pelo combate à violência praticada contra a mulher.

Avanços e desafios para as trabalhadoras domésticas

A luta pelos direitos

- 96- Há 70 anos, as trabalhadoras domésticas lutam pelo reconhecimento e valorização da categoria e o direito de ter direitos. Juntas nesta luta, a CUT, a Confederação, a FENATRAD e os sindicatos das trabalhadoras domésticas, tiveram um papel fundamental e decisivo para a ampliação dos direitos dessas trabalhadoras.

- 97- Essa articulação estratégica trouxe bons resultados. Além de pautarem as seções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a aprovação da Convenção Internacional nº 189 e a Recomendação nº 201, ao chegarem ao Brasil em 2011, logo após a realização do 8º congresso, se engajaram na Campanha Internacional 12 para 12, que defendia que 12 países ratificassem a Convenção até 2012. Neste processo, o Brasil recolheu mais de 100 mil assinaturas para solicitar a ratificação da Convenção 189 da OIT seguida da Recomendação 201. Diante desta pressão, o Congresso Nacional se mobilizou na construção de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 478 – PEC das Domésticas) requerendo a equiparação dos direitos às trabalhadoras/es domésticas/os. A aprovação da PEC resultou na Emenda Constitucional 72, que retirou a palavra “exceto” do artigo 7º da Constituição Federal. Uma grande vitória!
- 98- Entretanto a luta é permanente e com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, ou seja, o reconhecimento da categoria das trabalhadoras/es domésticas/os, o Congresso iniciou o debate de regulamentação dos direitos, considerando o lado do empregador se tratar de pessoas físicas. Abriu-se um novo processo de luta e acompanhamento direto, diálogo permanente entre trabalhadoras/es, a Confederação e o parlamento brasileiro.
- 99- A participação da CONTRACS em conjunto com a FENATRAD e a CUT foram decisivas na atuação no Congresso Nacional em relação a PEC 478/2010, que resultou na Emenda Constitucional 72 (EC 72/2014), e o PL 7279/2010 da diarista. Foram realizadas várias ações como dentro do Congresso brasileiro, como diálogo com os deputados, presidentes das comissões, entrega de documentos, reunião com as domésticas, panfletagem de folder explicativo, além de manifestação nas sessões das comissões. Também foi entregue uma carta à Secretaria Geral da Presidência da República e à Secretaria das Relações Institucionais solicitando o respeito aos direitos das trabalhadoras/es domésticas/os garantidos através da aprovação da Emenda Constitucional 72 e solicitando a ratificação da Convenção 189 da OIT.
- 100- Durante a tramitação do PLP 302/2013, que visa regulamentar a EC 72/2014, a CONTRACS vem atuando fortemente visando impedir que tal proposição retroceda nas conquistas obtidas pelas trabalhadoras domésticas e já inseridas na Constituição Federal. Foram entregues propostas da Contracs a parlamentares tanto durante a Comissão Especial Mista que tratou do tema quanto nos Plenários do Senado e da Câmara dos Deputados com a elaboração de emendas e ofícios entregues pessoalmente a Deputados e Senadores. Somado a isto, a Contracs visando incrementar a pressão para evitar qualquer precarização nos direitos das domésticas, visitou no Palácio do Planalto o Ministro Ricardo Berzoini, Ministro das Relações Institucionais.
- 101- Como contribuição a todo este processo de negociação permanente, a CONTRACS focou em campanhas para o diálogo com a base, ou seja, as trabalhadoras domésticas. Para Além da Campanha 12 para 12, e a de Sindicalização, em setembro de 2014, a Contracs lançou a Campanha de mobilização pela igualdade de direitos para os/as trabalhadores/as domésticos/as tendo como lema: **“DIREITO NÃO SE REDUZ, SE AMPLIA – Pela igualdade de direitos e contra o retrocesso!”**. O objetivo da campanha é exigir o respeito à equiparação de direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores que ainda passa por regulamentação para serem efetivamente garantidos.

- 102- Faz parte da Campanha a **“Petição online”** pela rejeição da proposta precarizante do Senador Romero Jucá de regulamentação do trabalho doméstico na Comissão Mista e propondo a aceitação da Emenda Global da deputada Benedita da Silva.
- 103- Por fim, anualmente a CONTRACS vem realizando Encontros Nacionais organizativos e formativos. O último, realizado em agosto de 2014 em conjunto com o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – Universidade de Campinas (CESIT/UNICAMP), a entidade internacional Friedrich Ebert Stiftung (FES) e a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (SNMT/CUT).
- 104- Para otimizar as informações fornecidas à categoria, a Contracs elaborou durante 2014 boletins informativos específicos para os sindicatos de trabalhadoras/es domésticas/os trimestralmente. O objetivo era de subsidiar dirigentes com informações inerentes à categoria e capacitá-las com informações que fossem importantes para a base.

A organização da categoria

- 105- Reconhecida a categoria e seus direitos, como garanti-los? Atualmente, segundo a carta sindical, a CONTRACS é a única entidade sindical no País que oficialmente representa as trabalhadoras/es domésticas/os, mas a proposta é maior: reconhecer a FENATRAD e os sindicatos para garantir os direitos e, principalmente, a informação ao trabalhador/a.
- 106- A Confederação trabalhou decisivamente pela regulamentação das entidades sindicais, ampliando de uma entidade com registro sindical para seis. O trabalho continua, com objetivo de atingir 11 sindicatos e, assim, regularizar a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD).
- 107- Tendo como objetivo aumentar a capacidade de organização das entidades, a CONTRACS, em conjunto com a CUT Nacional, realizou a entrega de computadores aos sindicatos de trabalhadoras/es domésticas/os e negociou uma mensalidade simbólica de filiação dos sindicatos à CUT para que possam cumprir com as resoluções estatutárias. Uma reivindicação antiga das companheiras/os trabalhadoras/es domésticas/os devido às dificuldades financeiras e de filiação para a manutenção das entidades.
- 108- Com esse propósito, a CONTRACS também elaborou um projeto político organizativo específico para as trabalhadoras/es domésticas/os, que foi firmado com os sindicatos e a CONTRACS através de um compromisso político que contém uma contribuição financeira mensal a cada entidade, em contrapartida as entidades devem aumentar a sindicalização e manter em dia as mensalidades da CUT.
- 109- Assim, a sindicalização se tornou uma estratégia fundamental. Mais uma vez a CONTRACS proporcionou essa ação. Desenvolveu uma campanha específica de sindicalização para as trabalhadoras/es domésticas/os com produção em larga quantidade e disponibilizada para as entidades trabalharem.
- 110- Todas essas ações: a orientação legislativa, assessoria na regularização das entidades, a contribuição financeira, a negociação junto a CUT Nacional tiveram excelentes resultados

que proporcionou a união das entidades e o reconhecimento de um trabalho voltado para o crescimento das entidades.

Atuando no combate ao Racismo e na Promoção da Igualdade Racial

- 111- Pautada pela luta intransigente em defesa dos direitos dos trabalhadores/as e no combate e eliminação de qualquer forma de discriminação dentro e fora dos postos de trabalho, a CONTRACS introduziu a temática racial nos Sindicatos e Federações por meio das fichas de inscrições e listas de presenças que passaram a conter o quesito raça/cor em seminários e reuniões. Realizou em caráter permanente ações junto ao meio sindical como a conscientização e discussão da igualdade de oportunidades no emprego com a inserção de “cláusulas de oportunidades” nos acordos coletivos.
- 112- O trabalho foi voltado à orientação e divulgação de informações as entidades sindicais sobre denúncias de racismo, melhores cláusulas para as convenções, artigos sobre o tema, incentivo as entidades a criarem secretaria e coletivos de raça e, desde 2012, trabalha conjuntamente junto à Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT para a produção e divulgação de diversos materiais para o mês da consciência negra.
- 113- Em 2014 foi lançada a Campanha Permanente “Basta de Racismo no trabalho e na vida”, que contou com a adesão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo da CUT assim como de outros ramos da Central Única dos Trabalhadores. Este trabalho, para além do seu objetivo de combater o racismo e dialogar com os trabalhadores/as, estreitou laços e criou parcerias de trabalho conjunto da CONTRACS, Confederações Cutistas e a nossa Central, criando um espaço de debate e construção de políticas de promoção de igualdade racial.
- 114- De forma inédita, a CONTRACS realizou o I Encontro Nacional de Promoção para Igualdade Racial, onde se debateu o mercado de trabalho e negociação coletiva para população negra, os aspectos da legislação de combate ao racismo e pela promoção da igualdade racial, a questão de gênero e juventude negra e a saúde do trabalhador/a negro/a. Neste encontro formou-se o Coletivo de Promoção para Igualdade Racial que tem como objetivo avançar no debate e fomentar as ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial.
- 115- Como o coletivo tem um caráter consultivo e é espaço de debate, ao formá-lo, a estratégia de oportunizar companheiros e companheiras que se interessam pelo tema e pessoas que não fossem integrantes de outros coletivos da CONTRACS para ampliar a representatividade.
- 116- Com intuito de aprimorar e avançar nas ações de combate ao racismo, a primeira reunião do coletivo aconteceu em conjunto com uma proposta formativa - uma oficina de promoção da igualdade racial e combate ao racismo. O objetivo foi capacitar e empoderar os dirigentes para tratar da questão racial em seus sindicatos e na sociedade.

A defesa da saúde e segurança do trabalhador – uma ação sindical estratégica de prevenção

- 117- Desde o surgimento do capitalismo os trabalhadores/as lutam para garantir seus direitos. O capitalismo e o capitalista vivem da exploração dos trabalhadores/as, os lucros vêm do trabalho não pago aos trabalhadores/as. O trabalho do trabalhador é que produz as mercadorias, as riquezas e transforma a natureza, mas o nosso trabalho é apropriado, expropriado pelos capitalistas, pelos patrões e nisso se assenta a exploração, a exclusão

social e a miséria. A concentração de renda e a acumulação dos lucros advêm dessa exploração e exclusão. Lutamos contra o capitalismo e buscamos uma economia, um Estado e uma sociedade em que o trabalho humano e suas riquezas sejam distribuídas de forma justa e equilibrada entre os trabalhadores. Uma luta coletiva, processual, que se afirma em cada greve, em cada mobilização, em cada combate, nas vitórias e nas derrotas. A saúde do trabalhador é parte do lucro do capital, quando não protege e não há uma política de proteção e adaptação do trabalho ao homem surgem os problemas na saúde e, conseqüentemente, o adoecimento.

- 118- A CONTRACS buscou desenvolver uma política de prevenção nas diversas categorias que compõem o ramo de maneira a reforçar a ação sindical nos locais de trabalho e atuação qualificada nos espaços institucionais e fóruns de debates que regulam a prevenção e a reparação dos danos causados pelo trabalho, ou seja, as áreas da saúde, trabalho e previdência social.
- 119- Neste sentido, a secretaria de saúde e segurança realizou um Encontro Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador com orientação a planejar a política nacional de saúde e segurança do trabalhador, com debate sobre os seguintes temas: Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST); Organização do Trabalho e Saúde e Segurança do Trabalhador, Seguridade Social e estratégias sindicais. Com uma nova metodologia, trabalhou com mesas temáticas sobre a juventude e o adoecimento no trabalho com suas conseqüências; a saúde da mulher trabalhadora e a saúde do trabalhador/a negra. Elegeu-se, neste encontro, o coletivo de saúde e segurança com objetivo de debater e avançar em ações sindicais. O encerramento do encontro foi marcado pela mobilização de participantes e dirigentes em frente à empresa de telemarketing e teleatendimento Oi/Contax, onde ocorreu um ato para denunciar as péssimas condições de trabalho e as práticas antissindicais realizadas pela empresa. Na oportunidade, foi distribuído um informativo, construído em parceria com o Sintratel/Ceará, a Contracs/Cut e a Fetrace, que alertava os riscos de doenças ocupacionais, além de exigir o cumprimento do anexo II da Norma Regulamentadora 17, que estabelece parâmetros mínimos para o trabalho em atividades de teleatendimento/telemarketing.
- 120- Promoveu-se também reuniões do coletivo de saúde e segurança com objetivo de planejar as ações da secretaria e dar encaminhamento às demandas do encontro nacional. Neste processo, foi considerada a formação sindical dos membros. Em 2014, o coletivo de saúde realizou uma visita técnica à Fundacentro para conhecer as pesquisas relativas a saúde do trabalhador, a construção das Normas Regulamentadoras e conhecer os trabalhos desenvolvidos.
- 121- No campo político sindical, muito se avançou nos debates de saúde e segurança. A secretaria construiu parcerias para melhor compreender o ramo e, neste sentido, acordou um trabalho com técnicos da FUNDACENTRO, que culminou com o início de um estudo detalhado do ramo sobre os acidentes e adoecimentos no trabalho na perspectiva de avançar no combate e na prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Apoiou o II Congresso Internacional de Direito e Medicina do Trabalho: Adoecimentos, Acidentes e Sofrimentos no Mundo do Trabalho, uma iniciativa da Fundacentro/MTE, Ministério Público do Trabalho - MPT e Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas. ALAL. Participou do 1º Seminário

Internacional de Análise e Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIAPAT), uma realização da Faculdade de Saúde Pública da USP e a Faculdade de Medicina da UNESP de Botucatu, por meio do Fórum de Acidentes de Trabalho assim como da Oficina sobre adoecimentos no trabalho (SIAPAT). Destaque para a participação de vários companheiros e companheiras do ramo na da 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora da CUT, realizada nos dias 23, 24, e 25 de abril de 2014, Guarulhos/SP. Participação em Seminário na Fundacentro em homenagem ao Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho. Além disso, a secretaria passou a atuar junto a outros espaços de decisão, como o Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador/a da CUT, a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador – CIST e o Fórum Nacional de Saúde do Trabalhador das Centrais Sindicais – FNSTCS integrando com as ações em saúde do trabalhador da Confederação, bem como teve participação efetiva em consultas públicas ligadas ao ramo e atuação junto à Comissão Nacional Tripartite Temática – CNTT – MTE.

- 122- A secretaria também trabalhou pela campanha de fortalecimento do SUS e pela aprovação do PL de iniciativa popular para que sejam destinados 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde Pública, saúde + 10.
- 123- Mobilizou as entidades filiadas pela participação do ramo das etapas da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – 4ª CNSTT do Conselho Nacional de Saúde.
- 124- Por fim, importantes publicações foram produzidas sobre a saúde do trabalhador, as cartilhas Anexo I e Anexo II da NR-17, a cartilha sobre o assédio moral e a Revista Contracs em Saúde. Quatro materiais de orientação tanto para os dirigentes sindicais como para os trabalhadores/as da base.

Organizar os trabalhadores internacionalmente

- 125- Sabemos que o Brasil está em meio a uma forte relação entre sua atual política progressista e a crise neoliberal de dominação do sistema mundial, por isso mesmo, a atuação da CONTRACS tem sido de articular e divulgar a experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional. Contribuímos nas Américas com a pressão popular mais intensa, em especial nos países onde os governos progressistas estão em ascensão na luta para que assumissem plataformas socioliberais, visando a diminuição das políticas neoliberais e sua superação.
- 126- Questões como a regulação pública do trabalho, a liberdade de sindicalização, a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas. A atuação da Secretaria de Relações Internacionais buscou neste período não apenas aprofundar os aspectos estruturais e econômicos, mas também e, principalmente, buscar uma real integração dos trabalhadores irmãos, findar as práticas antissindicais adotadas pelas multinacionais fora de seus países de origem, contribuindo assim para um real processo de desenvolvimento regional e global, ou seja, a união da classe trabalhadora nacionalmente e internacionalmente.
- 127- Participamos de fóruns e congressos importantes no campo das relações internacionais, como o Congresso Mundial da CSI, onde elegemos o companheiro João Felício à Presidência,

marcamos presença nas Conferências da UNI Comércio Américas e Mundial e na UNI Américas nos quais avançamos e conquistamos a titularidade e dessa forma estivemos presentes nas reuniões do Comitê da UNI Mundial e Américas Comércio, e do comitê UNI Américas. Também participamos ativamente das atividades e reuniões da UNI Mulheres e UNI Jovens, ampliando nossa representatividade nestes setores.

- 128- Participamos da formação da Aliança Global Walmart em agosto de 2012 em Los Angeles e de diversas atividades da Campanha OUR Walmart, como Bentonville(EUA), e na campanha realizada através de meios eletrônicos na qual fomos solidários e além de participar, divulgamos a campanha com vídeos, fotos, palavras de ordem e denúncias sobre as práticas anti-trabalhistas da empresa. Outro espaço importante de construção que participamos foi na Aliança Sindical Mundial da UNI Carrefour, onde foi tratado com prioridade o Acordo Marco Global. Além disso, avançamos em âmbito nacional na formação das redes UNI Brasil Walmart e Carrefour em conjunto com as centrais UGT e FS.
- 129- Em outra entidade internacional, a ISP – Internacional do Serviço Público, participamos ativamente no Comitê Nacional da ISP Brasil e na Reunião do SUBRAC Brasil/ Cone Sul, SUBREMUJ e IAMREC, assumimos a titularidade no comitê de mulheres da ISP e intensificamos a participação no Comitê Regional LGBT InterAméricas e no comitê de jovens da ISP no qual contribuímos na pesquisa sobre jovens no mercado de trabalho e no movimento sindical.
- 130- Na UITA, participamos do Congresso Internacional em Genebra em 2012, com uma boa representação de convidados da Contracs do setor hoteleiro, o mesmo ocorreu no Seminário Internacional de comidas rápidas realizado em Nova Iorque em maio de 2014, no mês de agosto deste ano, em parceria com SEIU/UITA marcamos presença na organização e nas manifestações e greves no Mc Donald's, especialmente destacando a luta por um salário de U\$ 15,00 a hora.
- 131- Dentre os parceiros internacionais destacamos a SEIU – Sindicato Internacional de Serviços, com o qual além da campanha Mc Donald's, estamos desenvolvendo um projeto de sindicalização envolvendo três confederações CUTistas (CNTSS, CNTV PS e CONTRACS), com o objetivo de realizar a sindicalização conjunta dos trabalhadores da saúde, vigilantes e asseio e conservação, projeto que tem mostrado constantemente a importância do contato com a base e a sindicalização permanente tarefa indispensável para nossos sindicatos.
- 132- Outros parceiros importantes nesta luta são a AFL-CIO / Solidary Center que nos apoiou incondicionalmente nas atividades da rede sindical da Accor, oportunizando seminários conjuntos com outras centrais e realizando uma pesquisa junto aos trabalhadores e trabalhadoras do setor hoteleiro, ampliando nossas informações e garantindo ações mais eficazes no trabalho da rede. Também a FES – Fundação Frederich Hebert tem contribuído com financiamento para importantes discussões sobre as transnacionais e os impactos aos trabalhadores/as, além do GR-RI Grupo de Reflexão de Relações Internacionais, espaço importantíssimo que reúne diversos setores da sociedade (ONGs, Academia, Movimentos sindical e Social, Governo) e que aprofunda as discussões sobre a Política Externa Brasileira e os espaços de participação do qual a CONTRACS participa.

- 133- Importante ressaltar a atuação conjunta com nossa central, a CUT, no coletivo internacional, discutindo questões relativas à classe trabalhadora nacional e internacional, elencando as demandas do ramo de comércio e serviços, além disso, reafirmar a importância dos espaços formativos oportunizados pela nossa central no qual destacamos o curso de extensão universitária PSI – Política e Sindicalismo Internacional, realizado em parceria da CUT com CESIT/Unicamp, curso que oportunizou conhecimentos importantíssimos para atuação na área internacional, discutindo macroeconomia, organismos e conjuntura internacional e os mecanismos de atuação na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 134- No período de 2011-2014, a Secretaria de Relações Internacionais intensificou sua atuação de maneira abrangente e positiva, dando respostas às competências atribuídas à secretaria e ao seu desenvolvimento em termos internacionais, fazendo com que a nossa relação com as entidades internacionais parceiras se tornassem mais estreitas, conseguindo assim melhorar e intensificar a organização dos sindicatos na luta contra os malefícios da globalização.
- 135- Dentro desta lógica, reforçamos que as redes sindicais nas empresas multinacionais são instrumentos que fortalecem a ação sindical sem substituir o papel dos sindicatos e federações e que sua atuação deve acontecer de forma conjunta. Temos a responsabilidade de defender os trabalhadores/as que não devem pagar pela crise e nem abrir mão de seus direitos e, muito menos, permitir a adoção de políticas que diminuam ou enfraqueçam o papel do Estado no desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho.
- 136- Por isso, além de fortalecer as cinco redes sindicais nas empresas Walmart, Carrefour, C&A, SHV-Gas e Accor, investimos na formação das redes sindicais nas empresas Casino - grupo francês que comprou ações da empresa Pão de Açúcar, Cencosud – grupo chileno que comprou empresa Bretas (MG), GBarbosa (SE) e Prezunic (RJ), também buscamos trabalhar na formação da rede sindical na empresa McDonald's e não obtivemos êxito, mas mesmo assim realizamos mobilizações e ações com parceria da UITA e da SEIU.
- 137- Para finalizar as atividades deste mandato, realizou-se em novembro de 2014 o encontro nacional, reunindo todas as redes. Após debates sobre a Política Externa Brasileira (PEB), os presentes destacaram que foi muito importante para visualizar como essas políticas tem relação direta com o trabalho e a vida dos trabalhadores/as. O encontro oportunizou um momento para dialogar e avaliar os trabalhos desenvolvidos. A avaliação foi extremamente positiva, pois o trabalho executado durante a gestão de 2011-2014 promoveu relações e intercâmbio de experiências e estabeleceu convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países. Como forma de registrar os avanços e as propostas de continuidade do trabalho das redes, os participantes elaboraram frases para expressar a importância desta estratégia de organização: SHV Gás: “A luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras não tem fronteiras”, Cencosud: “As conquistas só serão possíveis com uma rede fortalecida e participativa”, Accor: “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”, C&A: “Inclusão dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, Carrefour e Casino: “Com vocês nas lutas nos fortalecemos e avançaremos muito mais”, Walmart: “Lutando para conquistar”. Outro ponto de destaque foi a bela manifestação no dia 19 de novembro em frente a empresa Walmart de Osasco, quando os integrantes de todas as redes sindicais foram solidários a campanha do Dia de Ação Global da UNI pelo Trabalho Decente e Salários Dignos no Walmart.

138- Entre as principais ações, realizou-se periodicamente encontros das redes, de forma individual e em outros momentos conjuntamente para que avanços, dificuldades e a atuação das redes pudessem ser avaliados e estrategicamente planejados.

As Políticas Sociais

139- A secretaria de políticas sociais procurou promover o debate junto ao ramo acerca dos setores da saúde, previdência, direitos da criança e do adolescente, direitos humanos e movimentos sociais. Para cumprir essa agenda, a secretaria atuou junto à CUT participando do Seminário “Trabalhadores e desafios da sociedade na atualidade: A perspectiva de um mundo sem drogas”. O seminário visou debater as políticas públicas sobre drogas; a ação do Estado e suas estratégias de enfrentamento à questão das drogas e dar encaminhamentos para uma ação sindical. Participando também do III Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras com deficiência da CUT, realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2013, onde o secretário de políticas sociais da Contracs foi eleito membro do Coletivo Nacional da Pessoa com Deficiência.

140- Participação na III Conferência Global sobre Trabalho Infantil realizada em Brasília, entre os dias 8 e 10 de outubro de 2013, uma atividade presidida e organizada pelo governo Brasileiro e que contou com o apoio Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os debates versaram sobre as formas inovadoras para combater as violações de direitos de crianças e adolescentes, a recorrência de situações de trabalho infantil em empreendimentos familiares rurais e urbanos e o trabalho infantil doméstico.

141- Em 2014, a secretaria de políticas sociais realizou o I Encontro Nacional sobre previdência social. Durante dois dias, os dirigentes sindicais trataram sobre a previdência social brasileira: desafios e perspectivas, o mercado de trabalho e o fator previdenciário e os aspectos Jurídicos da Previdência Social que impactam na vida do trabalhador. Ao final do encontro foi publicado um manifesto pelo fim do fator previdenciário e ficou deliberada a criação de uma campanha da Contracs pelo fim do fator previdenciário.

142- A secretaria desenvolveu ainda a campanha contra a exploração sexual infantil, estimulando a denúncia desta prática nefasta, especialmente junto ao setor hoteleiro – entidades sindicais e empresas do ramo – durante o período da Copa do Mundo. A campanha fez parte dos compromissos assumidos pela Confederação no momento da assinatura do Pacto do Setor Hoteleiro e incorporou o símbolo da campanha do Governo Federal.

A política de finanças a serviço da luta estratégica

143- Neste balanço, onde é possível verificar o crescimento da CONTRACS bem como as vitórias e demandas, a política de finanças contribuiu estrategicamente em cada passo, em cada ação, com cada secretaria, com previsão orçamentária, com adequação estrutural para os eventos, de forma a garantir o sucesso aos trabalhos planejados pela direção.

144- Na forma de gerir, transparente e pela busca de resultados aos trabalhadores/as, podemos nos orgulhar do desempenho pioneiro em âmbito estrutural que alcançamos para sustentar este projeto político da Confederação. Com a conquista do Registro Sindical foi possível concluir a aquisição das estruturas da Sede, localizada em Brasília e da Subsede, em São Paulo. Em uma audaciosa ação e árduo trabalho evoluímos para estruturas próprias. Na

sede, a estrutura é constituída por cinco salas comerciais que totalizam em torno de 350 m², situadas no centro de Brasília, no mesmo prédio do escritório nacional da Central Única dos Trabalhadores e na subsede, a estrutura adquirida é caracterizada por um imóvel com um pavimento que abrange uma área de 810 m², em São Paulo, no bairro do Tatuapé.

- 145- Além disso, com o objetivo de viabilizar ainda mais a luta, adquirimos veículos e vans, tanto para a sede como para a subsede, a fim de aumentar a autonomia e prover maior mobilidade para a efetivação das ações sindicais.
- 146- O avanço da Confederação estrutural não se deu somente nas conquistas da categoria de imobilizados, mas também no avanço e na ampliação do capital intelectual, constituído atualmente por 23 funcionários especializados e distribuídos nas mais diversas áreas e pela assessoria de quatro escritórios de advocacia para subsidiar e potencializar os trabalhos das secretarias.
- 147- Esta nova realidade apresentada nos conduziu para outro desafio, a profissionalização dos processos, instituindo procedimentos para os encaminhamentos das secretarias competentes e automatização da Confederação através de um software capaz de integrar a sede e a subsede no que tange as necessidades de cadastro, eventos e sistema financeiro, incluindo o convenio e integração com a Caixa Econômica Federal para total controle das contribuições sindicais.
- 148- A Secretaria de Administração e Finanças, em parceria com a Secretaria de Formação, elaborou a Revista de Gestão Financeira para as entidades sindicais e proporcionou regionalmente oficinas de gestão financeira para formar e instruir os tesoueiros, secretários de finanças e de administração. Essa publicação traduziu nosso compromisso em subsidiar os sindicatos e federações filiadas a trabalharem com eficiência gerando mais recursos para a luta, respaldada pelas diretrizes CUTistas. O intuito dessa iniciativa é a solidificação das entidades diante dos trabalhadores/as ao transparecer a devida alocação dos recursos em prol da categoria e a sustentação de colocar as finanças a serviço do projeto político de cada entidade definido por suas instâncias.
- 149- Com o objetivo de apoiar e fortalecer o projeto político da Confederação, a Secretaria de Administração e Finanças, em conjunto com a Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, firmou projetos e compromissos políticos direcionados às principais necessidades dos sindicatos. Para a categoria dos trabalhadores/as domésticos/as e para os pequenos sindicatos, permeou um projeto de fortalecimento sindical que garantiu um apoio financeiro mensal em contrapartida do cumprimento de exigências mínimas de organização documental e registro sindical bem como o acompanhamento da atuação das entidades no processo de sindicalização, conseqüentemente, na autossustentação das mesmas.
- 150- O compromisso da secretaria se deu também no fortalecimento das entidades filiadas que se encontravam em períodos com disputas sindicais de base, em processos eleitorais e também para oposições CUTistas reconhecidas.
- 151- Além disso, a atuação e o acompanhamento diante dos processos de regularização das entidades, fundação e adequações foram de total responsabilidade da CONTRACS,

garantindo assim suporte na organização sindical e financeira para o funcionamento regulamentado das entidades em prol da luta.

A estratégia para a juventude trabalhadora do ramo de comércio e Serviços

- 152- A juventude do ramo do Comércio e Serviços é considerada de grande importância e estratégia. Neste sentido, a CONTRACS priorizou a mobilização e participação dos jovens trabalhadores no movimento sindical. As ações destacaram as principais reivindicações e anseios do ramo, elencadas em dois grandes encontros nacionais.
- 153- Nos Encontros nacionais, a juventude do Comércio e Serviços pôde debater o Estatuto da Juventude, empregabilidade e desemprego juvenil, raça e juventude, estratégias sindicais para a juventude, formação da CUT para a juventude, Redes Sociais, história do sindicalismo, a estrutura sindical brasileira e a inserção dos jovens nas lutas sociais no Brasil. Destacamos que, em um dos encontros nacionais, a CONTRACS levantou em conjunto com os jovens diretrizes para a política nacional de juventude da Central Única dos Trabalhadores – CUT.
- 154- Também se formou o Coletivo de juventude para avançar no debate e promover a temática junto às entidades filiadas bem como encaminhar as ações programadas e propor novas ações. Ao longo desta gestão, o Coletivo de juventude se reuniu por diversas vezes para debater o cenário dos jovens trabalhadores/as no mercado de trabalho e a sua inserção no meio sindical. Em duas das reuniões de coletivo de juventude, foi proporcionado intercâmbios da juventude entre sindicatos e estados e troca de experiências. Ocorreu também a primeira experiência de reunião do Coletivo de juventude via facebook.
- 155- A secretaria de juventude esteve atuando também em âmbito internacional junto às entidades de representação sindical na América Latina e mundial com participações nas reuniões da rede UNI Jovens Brasil, ISP Brasil, Comitê de Jovens da UNI Américas, além de participações em reuniões de Conselho de Enlace da UNI para a juventude. A secretaria de juventude da Contracs também participou das reuniões do Coletivo de Juventude da CUT.
- 156- Em 2014, a Contracs se tornou a mais nova integrante do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). A partir de agosto de 2014, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio e Serviços assumiu a vaga na Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas do Conjuve como titular da pasta de Trabalho e Renda.
- 157- A secretaria também utilizou dos meios de comunicação como ferramenta de debate sobre o tema. Entre eles foram utilizados a fanpage específica da juventude (Facebook), criada em 2012, artigos (ponto de vista) no site, jornal e boletins eletrônicos.

Mundo do Trabalho e Meio ambiente: Uma ação sindical necessária

- 158- A CONTRACS entende que uma sociedade marcada pelo sistema capitalista traz marcas indelévels ao trabalhador e à sociedade. Pautada pela lógica do lucro incessante e exploração da força de trabalho em ambientes insalubres; a marca do sistema capitalista é uma crescente e permanente degradação das condições de vida do trabalhador/a e do meio ambiente.

- 159- O movimento sindical entende que a temática do meio ambiente se divide entre o meio ambiente de trabalho e o meio ambiente externo e, neste sentido, procura aliar sua estratégia de atuação e empoderamento dos dirigentes sindicais com o discurso adotado pelas secretarias de saúde.
- 160- Neste contexto, a CONTRACS vem promover o debate sobre a questão ambiental em nosso ramo, buscando trazer à tona as especificidades de cada categoria buscando aliar o desenvolvimento sustentável com a garantia de trabalho decente.
- 161- Ao trabalhar em torno da questão ambiental, a CONTRACS desenvolveu e traçou um projeto voltado à sustentabilidade das próprias entidades sindicais e pretende fazer dele um modelo aplicado em todas as entidades do ramo estabelecendo convênios de cooperação com as entidades sindicais nacionais e internacionais, com o auxílio da Secretaria de Relações Internacionais.
- 162- Durante a gestão 2011 a 2014, a secretaria de meio ambiente procurou atuar com a Central Única dos Trabalhadores - CUT na perspectiva de ampliar o debate sobre a temática, que é nova para o âmbito sindical. A secretaria incentivou às entidades filiadas a participar da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), realizada em Brasília, nos dias 24 a 27 de outubro de 2013, onde se discutiu a gestão dos resíduos sólidos bem como participar da Mobilização do Dia Internacional do Não Uso dos Agrotóxicos. Realizou o I Encontro Nacional do Meio Ambiente, onde foi debatido o modelo de desenvolvimento que queremos, a política nacional de resíduos sólidos, transição justa e a associação entre Campo e Cidade: a importância da união dos trabalhadores pela sustentabilidade e qualidade de vida. Ao final do encontro foi criado o Coletivo de Meio Ambiente.

4. Projeto Político Organizativo

Mudanças no mundo do Trabalho: a necessidade de um novo olhar sindical – a unidade de classe

O Trabalho: A intensificação e fragmentação

- 163- As novas formas de contratação impostas pela reestruturação produtiva e as novas formas de organização do mundo do trabalho, em resposta à crise do capital, têm um conteúdo não apenas econômico, no sentido de reduzir custos e aumentar a lucratividade, mas também um forte conteúdo político, uma vez que fragmentam a classe trabalhadora e fragilizam a capacidade organizativa dos sindicatos.
- 164- A revista internacional “The Economist” em junho de 2012, publicou em sua matéria de capa o seguinte: “Os sindicatos são os inimigos do crescimento”. Esse sentimento, contrário a luta dos trabalhadores/as, vem ganhando força em nosso País, em especial, em razão das políticas sociais do Governo que proporcionaram a manutenção de direitos e uma política de valorização do salário mínimo. Por mais que os dados econômicos e estatísticos demonstrem o crescimento do emprego, a melhoria salarial e o aumento dos lucros no comércio e serviços, os empresários se incomodam e trabalham para reduzir e flexibilizar direitos e assim precarizar as relações trabalhistas, garantindo assim o aumento de suas margens de lucros sobre o trabalhador/a.
- 165- Para além desta análise conjuntural, há um outro fator muito mais agravante, a intensificação do trabalho no comércio e serviços. Historicamente levantamos dados que destacam a extensa jornada de trabalho do comerciário/a, a falta de direitos das trabalhadoras/es domésticas/os, a informalidade no setor de serviços, entre outros dados. Agora, precisamos ter um novo olhar para essa intensificação que vem ocorrendo desde os anos de 1990.
- 166- A partir da reestruturação produtiva, foram inseridos novos processos de trabalho baseados na tecnologia da informação. O mundo do trabalho passou a exigir dos trabalhadores/a não só o trabalho físico como o conhecimento para lidar com essas novas tecnologias. Sendo assim, intensificaram-se e aumentaram as tarefas, pois continuam com o trabalho físico e o intelectual, mas seus salários não obtiveram esse ganho.
- 167- Podemos identificar que trabalhadores/as do comércio e serviços estão trabalhando para além do trabalho físico com a inclusão de um trabalho intelectual. Como exemplo utilizaremos as tecnologias nos setores. As empresas passaram a controlar todo o tempo do empregado/a dentro do expediente até que fosse controlado ao máximo, intensificando o trabalho e alterando suas características técnicas, incorporando máquinas que propiciam o aumento da produtividade. As mudanças técnicas produziram grandes alterações na organização do trabalho.
- 168- Nesta nova organização do trabalho, as comissões, o PLR, o PPR e a venda casada são formas recentes de controle do trabalho através de metas e exigências para aumentar a produtividade em contrapartida de uma renda maior. Mas realmente trouxe benefícios aos

trabalhadores? Como está a saúde deste trabalhador? Esse novo processo de organização e intensificação do trabalho atacaram diretamente a segurança e saúde dos trabalhadores?

- 169- Também temos a entrada de novas tecnologias no lar, exigindo adequações para o trabalho das domésticas/os. Os instrutores de trânsito também sofreram com a integração de novas tecnologias e com a nova legislação, que resultou na diminuição da remuneração e no aumento do número de aulas, fazendo com os trabalhadores/as exercessem o trabalho em várias autoescolas para buscar uma renda melhor.
- 170- O argumento que utilizamos, portanto, implica considerar a intensificação como um processo que está dentro das relações de trabalho que se tecem entre empregadores e trabalhadores, o que conduz a um gigantesco debate a respeito da sua real causa, seja pelas mudanças técnicas ou pelas mudanças organizacionais.
- 171- Além da intensificação do trabalho, há uma crescente e organizada política de flexibilização dos direitos – a terceirização e o simples trabalhista – além do crescente acúmulo de atividades como a financeirização do comércio, que leva a competição entre os trabalhadores/as reduzindo o discurso baseado na unidade e na ação dos trabalhadores/as. Uma palavra define muito bem essa proposta no campo do trabalho: a fragmentação.

O movimento sindical: a Unidade

- 172- É necessário um novo olhar para o sindicalismo objetivando a unidade da classe trabalhadora. É necessário resgatar os princípios de sindicatos por ramo de atividade. O fato é que, diante das condições impostas pelo capital – entre as quais a fragmentação da classe trabalhadora -, os sindicatos assumiram, cada vez mais, um caráter setorializado com uma postura defensiva.
- 173- O caráter setorial abrange questões específicas ao universo de determinados setores de uma única categoria e também abrange uma postura defensiva porque encontra grandes obstáculos e dificuldades para manter sua condição de entidades representativas dos interesses dos trabalhadores/as, uma vez que são constantemente ameaçados pelo grande capital que inibe e reprime a participação sindical por meio da alta rotatividade, de mecanismos de coerção interna, além de perseguição às lideranças sindicais.
- 174- Como exemplo, podemos citar os trabalhadores de telemarketing, de limpeza urbana e prestadores de serviços. Trabalhadores de telemarketing ora estão em sindicatos das categorias que o representam (comércio, bancário, saúde, entre outros) ora estão em sindicatos específicos de trabalhadores de telemarketing. Já os trabalhadores de limpeza urbana trabalham para o poder público, mas são terceirizados por empresas privadas, que muitas vezes não respeitam a convenção coletiva local, e respeitam somente os valores aprovados em pregões eletrônicos e licitações. Por último, tem os trabalhadores prestadores de serviços financeiros que atuam dentro do setor do comércio, como os trabalhadores/as da Caixa Crescer que vendem microcrédito, trabalham todos em agências bancárias, mas não são considerados bancários, igualmente os correspondentes bancários dentro dos supermercados, entre outros.

- 175- Então, o desafio é enfrentar e superar essa mudança no mercado de trabalho, pois ela veio para ficar. Não há nenhum sinal na economia que mostre uma mudança nesse perfil. Há um crescimento forte no setor de serviços e comércio. Nossa estratégia, em termos de organização, pressupõe um cálculo político do ponto de vista da organização que combina organização do sindicato e a organização no local de trabalho, de maneira a permitir que essas diferentes formas de trabalho – em serviços e comércio – possam ter uma organização capaz de propiciar ao movimento a sua capacidade de fazer a confrontação, o enfrentamento, a mobilização e a articulação.
- 176- O modelo de organização que temos, a partir da indústria, não responde adequadamente a essas novas situações de trabalho. Precisamos criar as formas adequadas. Precisamos rever o conceito de sindicato em termos de sua abrangência, pois ele deve passar a representar todos os trabalhadores que hoje estão excluídos.
- 177- A representação sindical deve ser revista com um foco para os trabalhadores/as formais, informais, empregados/as e desempregados/as, jovens em busca do primeiro emprego, terceirizados ou não, ou subcontratados/as.
- 178- Hoje muitos trabalhadores/as estão no mercado informal, ou seja, sem direitos e sem acesso à proteção social. A exclusão social que daí decorre atinge centralmente as mulheres, a juventude e os negros. Excluídos do sistema de proteção social, estes trabalhadores/as também são impedidos de exercer o direito de organização sindical. A organização dos trabalhadores/as do setor informal é um importante desafio a ser superado.
- 179- Outro desafio posto é a representação dos trabalhadores/as terceirizados. Grande parte dos sindicatos do ramo não representam os trabalhadores/as terceirizados. Longe de reforçar a terceirização como prática empresarial, defendemos os trabalhadores/as terceirizados para que tenham os mesmos direitos e benefícios que os trabalhadores/as efetivos de uma empresa. Assim, representá-los enquanto classe, sem qualquer adjetivação, é uma tarefa nossa. Ter como perspectiva a igualdade de direitos é, sem dúvida, uma arma estratégica para desencorajar a adoção da terceirização por parte das empresas.
- 180- Em outras palavras, precisamos iniciar um processo de fusão, centralização e fortalecimento dos sindicatos para se tornarem mais combativos ante as novas configurações do capital globalizado. Vivemos um momento histórico de acirramento político, de desinformação e o capital não está disposto a fazer quaisquer concessões aos trabalhadores/as em termos de direitos e garantias sociais, portanto somente a unidade e a união poderão fortalecer as negociações coletivas, cobrar do Estado um papel regulador/intermediador, ampliar o diálogo social, articular as lutas no campo sindical aos movimentos sociais que mobilizam diversos sujeitos nos seus diferentes embates políticos, buscando confrontar com a lógica do capital, na perspectiva de recriar caminhos de emancipação.
- 181- Defender os princípios CUTistas de LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL significa defender a Unidade dos trabalhadores em organizações cada vez mais fortes e representativas. Esta é a condição essencial para o avanço da organização sindical por ramo. O processo de fusão implica em realizar esforço permanente de construção de sindicatos estaduais por ramos, fortes e representativos ou federações estaduais, o que não significa uma imposição legal

para a fusão das entidades, mas sim, construir uma estratégia de médio e longo prazo. Significa lutar **CONTRA** o desmembramento em sindicatos de categoria sem nenhuma consulta à maioria dos trabalhadores.

182- O grande desafio é aprimorar nossas estruturas sindicais e as formas de organização e relação entre as entidades CUTistas, visando fortalecer um sindicalismo cada vez mais unificado, representativo, com alto poder de negociação e mobilização.

5. ESTRATÉGIA POLÍTICA

- 183- A estratégia da CONTRACS, que consta dos “Princípios”, no Art. 6º do Estatuto, “considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas”. Assim, dentre seus compromissos está a defesa que a unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos trabalhadores. Esta estratégia é que deve orientar a formulação de objetivos imediatos, propostas e reivindicações que a reforcem, partindo sempre do princípio da independência de classe. Isto é, na luta entre o capital e o trabalho, a CONTRACS defende os trabalhadores e trabalhadoras contra toda forma de opressão e exploração.
- 184- Para tanto, a estratégia sindical da CONTRACS para o próximo período, baseada em seu projeto Político organizativo, está pautado em dois campos: atuação no âmbito das políticas públicas e na ação sindical de defesa do direito do trabalhador.

EIXO 1 - Enfrentamento a intensificação do trabalho e a defesa imediata dos empregos, renda e dos direitos

Defesa do Governo Dilma

- 185- Mantendo sua autonomia frente ao Estado, a CONTRACS deve continuar contribuindo para o fortalecimento do diálogo entre o governo, o movimento sindical e social. Enquanto trabalhadores, devemos participar ativamente nos conselhos tripartites, fóruns, grupos de trabalhos e mesas nacionais criados pelo Governo Federal.
- 186- Devemos afirmar e apoiar as ações exitosas do governo, como a lei do salário mínimo que volta a ser motivo de debate em 2015, e pressionar para as alterações que lutamos como a redução da jornada de trabalho; pela equiparação dos direitos para as trabalhadoras domésticas; pelo fim do fator previdenciário e outras lutas da classe trabalhadora. Isto se coloca como fundamental para que mudanças tão necessárias possam ser aceleradas com esse projeto que foi encabeçado por Lula e o Partido dos Trabalhadores, de forma a garantir a manutenção dessa política democrática popular.

Lutar e difundir o direito à comunicação em uma bandeira pela democratização dos meios de comunicação

- 187- A Contracs deve engajar-se, como estratégia de sua atuação social, na luta por uma comunicação pública e democrática. Vamos lutar pela democratização da comunicação de forma intensa e radical. Esta luta passa pelo entendimento de que devemos defender a existência de meios de comunicação e expressão públicos, formado por uma vasta rede que dê direito de voz e audiência a todos os sujeitos da sociedade. Devemos, juntamente com a CUT, nos mobilizar em defesa pela formação de uma comunicação pública e aproveitar o potencial da internet e da cultura livre como forte instrumento de afirmação de uma esfera pública democrática.
- 188- A luta pela democratização da comunicação deve se aprofundar no próximo período através da busca de um novo marco regulatório das comunicações, que deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e se basear nos processos regulatórios de interesse público. Na busca pela democratização da comunicação, a Contracs filiou-se ao

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e deve reforçar suas campanhas pelo abaixo-assinado pela democratização da comunicação bem como fomentar o debate e engajamento em suas entidades filiadas com o objetivo de pressionar o governo a democratizar os meios de comunicação e instituir um novo marco regulatório de comunicações no Brasil, como fez a Argentina no último período.

189- A política de comunicação da Contracs deve levar em conta as diretrizes adotadas pela nossa Central bem como a importância da comunicação, que tem papel impactante nas escolhas dos trabalhadores/as, e a garantia de espaço para as mulheres nos meios de comunicação públicos, a criação de conselhos deliberativos estaduais de comunicação; a criação de um novo marco regulatório e a instituição de mecanismos de controle de propriedade dos veículos de comunicação com o objetivo de acabar com o oligopólio das empresas de comunicação, que controlam tudo o que todos leem, veem e ouvem.

Igualdade de oportunidades no trabalho e na vida

190- É fundamental para a CONTRACS incorporar na sua prática cotidiana a defesa da igualdade de oportunidade e ter sistematicamente políticas pensadas e desenvolvidas sobre o tema. Mais do que isso, é preciso que a questão da mulher trabalhadora esteja incorporada plenamente nas instâncias de direção.

191- É tarefa de todo e toda sindicalista garantir a transversalidade de gênero em todas as políticas, atividades e espaços da CONTRACS, para que a nossa Confederação assuma e seja reconhecida, cada dia mais, como um espaço dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo de comércio e serviços.

192- As mulheres têm que ter condições objetivas de tocar seu trabalho, estar nos espaços de poder, principalmente da confederação. Significa garantir condições para que as mulheres, além de estarem presentes em Secretarias/Diretorias de mulheres, também ocupem os cargos com mais poder de decisão: presidência, secretaria geral e tesouraria. É preciso garantir mecanismos que viabilizem a participação das mulheres como, por exemplo, creches em todos os espaços e atividades da CONTRACS/CUT.

193- Ainda destacamos as diretrizes defendidas pela nossa Central, a CUT, na defesa da igualdade, liberdade e autonomia das mulheres.

PL 4857/2009 pela igualdade

194- Diante das desigualdades de gênero persistentes na sociedade e através de uma atuação efetiva no legislativo, a Contracs/CUT apoia o Projeto de Lei 4857/2009, que tem como objetivo garantir condições iguais às mulheres, protegendo-as de toda e qualquer discriminação de gênero seja no mundo do trabalho ou em outros aspectos.

195- O projeto define o que é discriminação de gênero como toda e qualquer ação que inferiorize a mulher em relação ao homem de forma que cerceie sua capacidade intelectual, criativa e humana seja por estereótipos ou por costumes excludentes. Além disso, o projeto também define parâmetros para caracterizar a discriminação laboral de gênero.

196- Para a Contracs, a medida poderá beneficiar as mulheres trabalhadoras ao estabelecer critérios e condições para caracterizar a discriminação de gênero.

Ratificação da Convenção 156 da OIT

197- A ratificação da Convenção 156 da OIT, uma luta histórica da CUT, é mais um instrumento no combate às distorções no ambiente profissional. Essa convenção garante a igualdade de oportunidades e de tratamento para os trabalhadores de ambos os sexos com responsabilidades familiares. Essa luta deve ser articulada com a outra importante bandeira, a redução da jornada sem redução de salário.

Saúde da Mulher Trabalhadora

198- A CONTRACS defende que a mulher deve ter direito sobre o seu próprio corpo. Portanto, é necessário debater e lutar pela garantia deste direito permitindo que mulheres façam o aborto de forma acessível e segura.

199- No Brasil, estimativas apontam que em torno de 1 milhão de mulheres fazem abortos clandestinos todos os anos e 200 mil morram em consequência desta operação. A maioria são mulheres jovens, sobretudo negras e pobres, ou seja, é um problema grave de discriminação socioeconômica. O aborto é um problema de saúde pública no Brasil, portanto deve ser enfrentado na esfera dos direitos sexuais e reprodutivos. É a ilegalidade do aborto que provoca essas mortes, por isso, existe a importância da luta pela descriminalização e pela legalização do aborto. No IV Congresso, em 1991, a Central Única dos Trabalhadores aprovou o posicionamento favorável a legalização e descriminalização do aborto.

Violência contra a Mulher

200- Sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 e tem como objetivo coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

201- As mulheres sofrem mais com as diversas formas da violência. São elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

202- Já a violência no trabalho se dá pela divisão sexual do trabalho que tem como suas principais causas as desigualdades de gênero. Por isso, as mulheres geralmente estão atribuídas às profissões relacionadas ao cuidado como enfermagem, educação, asseio e conservação, domésticas, camareiras, entre outras.

203- A divisão sexual do trabalho acarreta em discriminação no mercado de trabalho, violência a qual as mulheres estão submetidas diariamente com salários menores, condições degradantes e sofrendo mais constantemente assédio moral e sexual.

204- Ainda é um desafio para a nossa confederação e o movimento sindical transformar essa realidade. Para tanto, é fundamental avançar em alianças e na relação com os diversos movimentos feministas, somando forças para garantir o fim da violência contra as mulheres.

Pelo fim do trabalho aos domingos e feriados no Comércio

- 205- Desde a liberação do trabalho aos domingos e feriados há 15 anos, com o argumento do aumento de postos de trabalho, é possível afirmar que houve diminuição dos postos de trabalho e uma intensificação do trabalho para os comerciários. Mesmo depois da vitória marcante conquistada com a MP 388/07 que foi aprovado em 2007, a luta pelo fim do trabalho aos domingos continua, pois o nosso desejo de acabar com a abertura do comércio aos domingos e feriados ainda não foi realizado.
- 206- Não podemos esquecer que o trabalho aos domingos, conjugado com o Banco de Horas, é algo avassalador para a vida dos trabalhadores comerciários deste país. Sabemos que muitos trabalham acima de 50 horas por semana, com baixos salários e condições precárias de trabalho.
- 207- Portanto, devemos nos manter vivos e firmes nas ações e nos espaços, nos municípios e nas negociações, contra projetos de abertura indiscriminada do comércio no Brasil, diminuindo a exploração imposta aos comerciários.
- 208- Aliado a isso, a CONTRACS deve continuar orientando os sindicatos e federações filiados a implementar campanha publicitária nacional para ganhar a opinião pública e garantir nossas propostas.
- 209- Outra ação importante é a organização de atividades formativas, com intuito de preparar os sindicatos filiados para as negociações coletivas, já que em relação ao trabalho aos domingos, nossa luta é para que o mesmo só seja permitido através de convenção coletiva de trabalho. Alguns sindicatos já conquistaram, em convenção, o direito de não trabalhar aos domingos.
- 210- Da mesma forma, o fim do banco de horas deve ser nossa bandeira, buscando um projeto de Lei, que acabe com o mesmo, na luta pela redução jornada de trabalho para 40 horas. Devemos continuar a correlação de forças em cada cidade para que se impeça sua implantação “legal” em Convenção Coletiva, com os sindicatos apresentando alternativas em termos de compreensão de jornada.

Pela defesa de um Sistema Único de Saúde Público, integral e universal

- 211- Tendo em vista os recentes desdobramentos das atividades do movimento Saúde + 10 com a entrega de 2,2 milhões de assinaturas para o PL de iniciativa popular para que sejam destinados 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde Pública e o início da tramitação do PL 321/2013 com esse teor, e as reações do Executivo, contrapondo-se à iniciativa, a CONTRACS participará ativamente do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública – Saúde + 10 – para pressionar o Congresso Nacional para a votação em regime de urgência, urgentíssima, do projeto de lei de iniciativa popular nº321/2013, que trata do financiamento da saúde pública brasileira.
- 212- Neste sentido, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS ciente de que é preciso fortalecer esta luta nacionalmente para termos um SUS PÚBLICO, UNIVERSAL e INTEGRAL e que, se receber os recursos necessários, dará atendimento digno e de qualidade a toda a população. A Confederação se engaja nesta

empreitada de tamanha importância e, em consonância com a CUT Nacional, apoia este movimento e defende o SUS – Sistema Único de Saúde.

Pelo fim do fator previdenciário e pela aposentadoria integral

- 213- O 9º Congresso delibera a favor e em defesa da previdência social universal, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores/as. Compreendendo a realidade sofrida da classe trabalhadora, reiteram a posição em favor do **fim do fator previdenciário**, instituto nefasto que foi implementado durante o precarizante Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e que há quase 15 anos vem prejudicando os trabalhadores/as que, no momento da solicitação de suas aposentadorias, sofrem com a redução drástica de seus benefícios previdenciários.
- 214- Defendemos também que seja incrementada a fiscalização pelo INSS (com a necessária contratação de mais fiscais e auditores) quanto à gigantesca sonegação praticada por parte considerável dos empregadores brasileiros, que traz prejuízos para a classe trabalhadora, para a Previdência Social e para toda a sociedade.
- 215- Apoiamos as recentes iniciativas do INSS e da Advocacia Geral da União de ajuizar ações regressivas contra empregadores que causaram por dolo ou culpa acidentes de trabalho sofridos por trabalhadores e que geraram benefícios previdenciários a trabalhadores ou à sua família, nos lamentáveis e frequentes casos de mortes decorrentes de péssimas condições de saúde e segurança no trabalho – o que infelizmente ainda é uma realidade em muitas empresas, inclusive no nosso ramo do comércio e serviços. Consideramos ser justo que tais empresários indenizem o INSS quanto a tais benefícios previdenciários, a fim de responderem por suas condutas ilegais e pela falta de respeito à dignidade do trabalhador brasileiro.

Pela equiparação de direitos aos terceirizados e sua representação

- 216- A terceirização instaurou uma nova dinâmica nas relações de trabalho, mas também interferiu de forma direta na organização sindical, as relações de cooperação e de solidariedade entre os trabalhadores/as e na própria identidade de classe. A divisão dos trabalhadores/as de uma mesma atividade econômica como terceirizados e efetivos só interessa aos empresários, que aumentam exponencialmente seus lucros rebaixando direitos, pulverizando a organização sindical e reduzindo o poder de pressão dos trabalhadores/as.
- 217- A terceirização é muito grande no ramo de comércio e serviços, presente em supermercados, em órgãos públicos, em restaurantes, em hotéis, entre outros, de modo formal e informal. Em larga medida, a terceirização é conhecida pela precarização do trabalho com redução de salários e benefícios, aumento de jornadas de trabalho, geração de insegurança no emprego, quebra de solidariedade entre os trabalhadores/as, entre outros aspectos.
- 218- Em geral, a grande terceirização ocorre no setor de limpeza e segurança, mas no ramo há os trabalhadores informais utilizados em eventos/festas ou em datas comemorativas de grandes vendas no comércio. Prestam serviços às prefeituras e governos na limpeza das cidades, como os lixeiros e varredores de rua.

219- Os maiores problemas e dificuldades dos trabalhadores/as e da ação sindical estão no fechamento das empresas prestadoras de serviços, deixando os trabalhadores/as sem o pagamento da rescisão e salários; salários e benefícios pagos em atraso; diferença salarial entre trabalhadores/as efetivos e terceirizados – violação do princípio da isonomia salarial; não cumprimento da CCT pelas empresas terceirizadas. As empresas terceirizadas não reconhecem o sindicato local como representante dos trabalhadores/as e ao fazerem a diferenciação entre os trabalhadores/as efetivos e terceirizados, oportunizam a competição e o surgimento do assédio moral. Para piorar, o trabalhador/a não reconhece o sindicato que lhe representa.

220- Para combater a precariedade da relação de trabalho dos terceirizado, a CONTRACS defende que:

- a organização e representação sindical desses trabalhadores seja respeitada. Para tanto, é necessário que as entidades adequem seus estatutos e estabeleçam espaços de diálogo para o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores/as;
- os sindicatos e federações devam incluir nas negociações coletivas cláusulas sobre terceirização que estabeleçam o direito à informação prévia, a preservação do nível de emprego e a igualdade de direitos;
- os pregões eletrônicos devam obrigatoriamente considerar o cumprimento da CCT local da prestação de serviço, como item descrito nos editais de licitação;
- as empresas tomadoras dos serviços (as contratantes) devam fiscalizar e/ou acompanhar o cumprimento das questões trabalhistas das contratadas, antes de efetuarem os pagamentos;
- o PL 4330 seja extinto, mantendo a garantia da terceirização somente nas atividades-meio.

Manter uma atuação parlamentar direta pela garantia e ampliação de direitos

221- Como forma de subsidiar todas as ações, a CONTRACS deverá dar continuidade com a atuação parlamentar de acompanhamento e divulgação dos Projetos de Lei relativos ao ramo. Esse trabalho é de extrema relevância uma vez que constam projetos em tramitação que ferem diretamente o trabalhador como PL 4330 – da terceirização, o PL do Simples Trabalhista, entre outros, bem como Projetos de Lei que favorecem o trabalhador/a como a aposentadoria especial do Gari, o PL 1131/2011 que abona um dia de trabalho para os trabalhadores/as fazerem seus exames preventivos de câncer e o PL 4653/1994 que dispõe sobre a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

222- Também deverá organizar, novamente e sempre que necessário, a publicação da Agenda Legislativa, uma vez que o trabalho realizado abriu espaço e reconhecimento da Confederação junto a parlamentares que defendem os trabalhadores/as.

EIXO 2 - Projeto Sindical com ampliação de base de representação e o combate à fragmentação dos trabalhadores

Consolidar a estrutura organizativa

223- Frente às formas atuais de exploração do trabalho e pautados nos princípios da nossa Central, o 9º Congresso reafirma a estratégia de fortalecer a organização por região, a

construção de federações nos estados por ramo e inserir a representação sindical dos terceirizados nos sindicatos da categoria. Devemos incluir temas em defesa da classe, que unifiquem todos os trabalhadores/as como o trabalho decente, buscando fortalecer as experiências e lutas comuns dos sindicatos e ampliar a divulgação das boas práticas sindicais, das conquistas das negociações coletivas e socializar informações para que possamos intercambiar saberes e avanços entre as regiões do nosso País.

- 224- Nossa estrutura sindical é um processo em construção, pois há uma diversidade de categorias que representamos. Assim, o debate setorizado com os encontros nacionais devem se tornar prioridade para que possamos elencar as lutas específicas com as lutas que unem todas as categorias. Esse trabalho é essencial, pois orientará todo o planejamento estratégico da Confederação.
- 225- A CONTRACS deverá investir também na consolidação de uma estrutura que favoreça o fortalecimento dos sindicatos e permita avançar na ampliação da base de representação através da conquista de novos associados, aumentando os índices de sindicalização e, ao mesmo tempo, avançar na conquista de novas entidades sindicais representativas e compromissadas com os princípios CUTistas. Neste sentido, é primordial desenvolver uma campanha de sindicalização permanente para consolidar este trabalho.
- 226- A partir de experiências de outros ramos como os bancários, e pautados nos princípios da nossa central, a CONTRACS deverá proporcionar debates coletivos sobre a negociação coletiva, iniciando nas regionais para a construção de contratos coletivos nacionalmente articulados. Além das experiências de acordos coletivos nacionais, a CONTRACS deverá trabalhar para construir Convenções Coletivas Nacionais que abarquem a totalidade dos trabalhadores/as que representa, construindo assim uma união entre as entidades, os trabalhadores/as e com conquistas significativas para todos/as.
- 227- Precisamos unificar lutas para somar e ampliar as nossas conquistas. Deve-se considerar ainda nossa dificuldade geográfica para atuação, considerando o tamanho do nosso País e propondo ações em solidariedade com as entidades filiadas. Sabemos que ainda prevalece uma visão de sindicatos por categoria, cada vez mais fragmentados, e sem uma estratégia (mesmo que de longo prazo) para sua fusão visando fortalecer a organização sindical por ramo de atividade. Por isso enquanto Confederação - entidade nacional - devemos ampliar nosso poder de negociação.
- 228- Nessa estratégia, as Coordenações Regionais da CONTRACS e as Federações Estaduais devem exercer um papel primordial na ampliação da organização territorial à medida que se tem a possibilidade de organizar e unificar a luta dos sindicatos por região e estado. A CONTRACS deverá investir numa uniformização do modelo de organização dos seus sindicatos de base através de um processo de padronização dos estatutos norteados pelos princípios CUTistas, com mecanismo de fortalecimento da democracia interna, garantindo a ampliação da participação dos trabalhadores e trabalhadoras, através da constituição de organizações nos locais e/ou CIPAS, unificação de data-base e, conseqüentemente, o fortalecimento do poder de negociação e de luta dos sindicatos. Estas mudanças poderão garantir, na prática, o fortalecimento da organização sindical da categoria no nível estadual e a afirmação da identidade e da unidade da Confederação.

A papel da formação sindical no processo de fortalecimento da CONTRACS

- 229- A construção da política nacional de formação é uma das tarefas estratégicas para a consolidação do projeto político e sindical da CONTRACS. Frente aos grandes desafios que balizarão os enfrentamentos no próximo período, tanto no que diz respeito à defesa de um projeto de desenvolvimento econômico e social quanto no campo das relações capital e trabalho e no tocante a disputa por representatividade junto aos trabalhadores, a formação sindical terá um papel cada vez mais relevante.
- 230- É a partir desta compreensão que o 9º congresso reafirma a importância estratégica da Política Nacional de Formação da CONTRACS, deliberando pela continuidade da atual estratégia em âmbito nacional, sendo pautada pelas demandas das entidades de base e com atuação regional bem como dos investimentos necessários no sentido de garantir a todos um processo consistente de formação político-ideológica, que se consolida cada vez mais como um suporte essencial para a prática sindical.
- 231- Nesse sentido, a continuidade dos cursos de ORSB - Organização, Representação Sindical de Base, voltado para o ramo de comércio e serviços bem como os cursos de gestão sindical são necessários, pois fortalecem o projeto organizativo. É fundamental, junto com a continuidade, buscar o compromisso das entidades sindicais filiadas à assumirem a formação sindical e incluírem nas suas agendas a participação das atividades formativas tanto dos dirigentes jovens – que precisam conhecer a história de construção da CONTRACS e da CUT, sua importância nas conquistas de direitos para a classe trabalhadora – quanto dos dirigentes mais experientes, que podem contribuir com suas vivências e também se atualizar quanto às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.
- 232- É importante incentivar a participação dos dirigentes sindicais do ramo nas atividades desenvolvidas pelas escolas sindicais assim como firmar parcerias como a experiência de ORSB do ramo, a fim capacitar a massa CUTista e fortalecer nossas estruturas.
- 233- Por fim, que a Política de Formação Nacional da CONTRACS some esforços com as demais políticas e secretarias da Confederação como gênero, igualdade racial, juventude, meio ambiente, trabalhando em conjunto para potencializar recursos locais e levando em consideração as especificidades e necessidades das entidades filiadas.

A saúde do trabalhador no centro das lutas da classe trabalhadora é premissa para avançar na organização sindical no local de trabalho e estratégica na defesa do emprego

- 234- A saúde do trabalhador/a deve ser entendida como centro nas lutas da classe trabalhadora para a garantia de melhores condições de trabalho e vida. Compreender sobre as contradições na relação capital e trabalho contribuem diretamente para lutarmos contra os acidentes e adoecimentos provenientes das relações de trabalho e para desenvolvermos consciências críticas e resgatar o espírito de solidariedade entre os trabalhadores/as.
- 235- É premente como estratégia de atuação sindical priorizar a organização no local de trabalho visando garantir poder de vigilância e fiscalização aos trabalhadores e aos sindicatos como forma de buscar eliminar os riscos à saúde do trabalhador/a na sua origem. Atuar pelo

direito à livre organização, ao direito de recusa ao trabalho perigoso, direito à informação e organização.

- 236- Neste sentido, se faz necessário capacitar os dirigentes sindicais junto às entidades filiadas sobre saúde e segurança do trabalhador, articulado com campanhas orientadoras sobre a aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs) e leis que coíbam ambientes insalubres para o trabalho assim como pressionar os órgãos competentes para que se faça cumprir a lei.
- 237- Promover palestras, seminários e cursos e outros eventos sobre temas que sejam transversais a pasta de saúde e segurança como a saúde da mulher trabalhadora, juventude, negros e negras etc. Dialogar e aprofundar as ações com os Conselhos de Saúde, CIST's (Comissões Interssetoriais de Saúde do Trabalhador), Centros de Referências do Trabalhador – CEREST's, FUNDACENTRO entre outros, além de estabelecer atuação conjunta com a Central Única dos Trabalhadores e ramos afins em ações políticas sobre saúde do trabalhador.

Política para as mulheres trabalhadoras em busca da igualdade de oportunidades e pelo fim da discriminação

Ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder

- 238- A Contracs deve lutar pela implementação de Políticas afirmativas dos direitos das mulheres, nas dimensões privadas e públicas, que devem ser incorporadas à construção deste Estado solidário, com o pensamento patriarcal e machista. Este forte estímulo à participação das mulheres na política precisa ser acompanhado de ações afirmativas, transformadas em políticas públicas, que permitam a responsabilidade do conjunto da sociedade com a reprodução e criação de seus descendentes, deixando de sobrecarregar apenas mães e/ou pais/ cuidadores.
- 239- A participação cada vez mais frequente de candidatas é fundamental para o fortalecimento da democracia, afinal a representatividade feminina é extremamente importante quando pensamos nas lutas pelos direitos das mulheres, pois sabemos que ainda há muito preconceito, exclusão e violência contra as mulheres. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs/CUT), é necessário ampliar o número de mulheres na política bem como ampliar os direitos políticos das mulheres.
- 240- Para a CONTRACS, a reforma do sistema político é um dos caminhos mais concretos para promover as mudanças que a sociedade e as mulheres precisam. Somente assim garantiremos que os direitos das mulheres avancem de forma contínua seja no trabalho, no movimento sindical ou na vida.

Luta por Creche

- 241- Creche é um direito da criança e da família. A Constituição Federal (art. 7º) estabelece como direito do trabalhador urbano e rural a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.
- 242- Muitos sindicatos conquistaram em cláusulas nas convenções coletivas o auxílio-creche correspondente a um valor mensal para ajudar nas despesas dos trabalhadores/ as com os

filhos/as em creches ou instituições análogas. Em alguns casos são reembolsadas despesas com babás.

- 243- O ideal é que o cuidado com pais e filhos tenha continuidade com creches de qualidade, por isso precisamos lutar para garantir esse direito para os trabalhadores/ as do ramo, intervindo no poder público, na busca de uma política pública que garanta o acesso à creche pública, laica e de qualidade. Ao lado de lutar por essa extensão ao conjunto das empresas, devemos desde já praticar essa ampliação para as funcionárias do conjunto das nossas entidades sindicais.
- 244- Os trabalhadores e, especialmente as trabalhadoras do ramo do comércio e serviços, sofrem com algumas características do setor, como as extensas jornadas de trabalho e o trabalho aos domingos e feriados. Embora a Contracs seja contra estas características e lute por melhores condições de trabalho, esta é uma realidade da qual não podemos fugir. Por isso, a Contracs reivindica creches que funcionem por 24 horas para que possa atender à demanda de milhares de homens e mulheres que trabalham no ramo e são responsáveis por crianças até 6 anos de idade.
- 245- As creches 24 horas poderão acolher pais e mães que trabalham em turnos variados não só no comércio como na área da saúde, educação, vigilância e muitas outras. Para a Contracs, esta é uma bandeira que deve ser reivindicada por diversos setores, pois é uma realidade que está presente na vida de milhões de trabalhadores/as no Brasil. A Contracs defende que nem todas as creches precisem ser 24 horas, no entanto, é preciso estabelecer novos modelos de educação infantil que atendam às necessidades dos trabalhadores/as do ramo e de outras categorias.

Valorização dos profissionais de educação

- 246- Um sistema educacional de qualidade passa necessariamente por profissionais do setor da educação bem remunerados e bem qualificados. Por isso, a valorização dos profissionais de educação também se torna uma bandeira de luta para a Contracs e o movimento sindical. Somente com profissionais qualificados, valorizados e bem remunerados teremos uma educação realmente priorizada.
- 247- É importante que todos os sindicatos entrem nessa luta e promovam campanhas de conscientização pela educação infantil pública de qualidade como direito à educação baseados no advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Paridade

- 248- A CONTRACS reconhece a importância da participação das mulheres nos espaços de direção das entidades sindicais e referenda as deliberações da CUT no cumprimento das cotas nos ramos e entidades de base e a paridade na Direção Nacional.
- 249- Bem como subscreveu a campanha lançada pela UNI Global Union em 2012 “40 por 40” que incentiva a participação de 40% de mulheres nas direções das entidades sindicais .

- 250- Neste sentido, o 9º Congresso delibera por oportunizar espaços de formação política sobre o tema para mulheres e homens do movimento sindical do ramo observando as especificidades das categorias que representamos.
- 251- A Confederação ainda deverá dar continuidade aos debates sobre a igualdade de participação das mulheres junto às entidades filiadas e garantir a transversalidade deste tema nos encontros e seminários organizativos para implementar a Paridade na direção nacional da CONTRACS no 10º Congresso.
- 252- Além disso, a Contracs deverá orientar o ramo, através de sua base, no sentido de garantir a ampliação do debate durante o próximo mandato sobre a participação das mulheres no movimento sindical e a importância da implementação da igualdade de participação das mulheres (paridade) considerando a realidade de cada setor/categoria.

Licença maternidade

- 253- Atualmente no Brasil as mulheres empregadas com carteira assinada têm direito a licença-maternidade em função de uma gravidez ou de uma adoção. Aprovada na Constituição Federal de 1988, a licença concede 120 dias de afastamento sem prejuízo ao emprego e ao salário. Para as servidoras públicas federais o direito a licença-maternidade foi ampliado para 180 dias - muitos estados e municípios também tem ampliado o benefício para suas servidoras.
- 254- A CONTRACS defende que a ampliação da licença maternidade para 6 meses seja obrigatória e não opcional por adesão, inclusive ao setor privado, pois é uma importante conquista para mães, filhos/ as e famílias.
- 255- A CONTRACS orienta ainda que suas entidades filiadas adotem a licença maternidade de 180 dias para suas trabalhadoras e busquem garantir medidas através do acordo coletivo de trabalho ou convenções coletivas de trabalho que proporcionem estabilidade para estas trabalhadoras após a licença maternidade.

Negociação Coletiva

- 256- A negociação coletiva é um poderoso instrumento de reivindicação dos direitos das trabalhadoras e um verdadeiro espaço para a construção da equidade de gênero.
- 257- O maior desafio é fazer com que as empresas entendam as necessidades da mulher e atendam às reivindicações favoráveis às trabalhadoras. No entanto, o empresariado alega que a questão de equidade de gênero e igualdade de oportunidade são problemas da sociedade e não da organização.
- 258- Por isso, a CONTRACS defende a ampliação da participação das mulheres do movimento sindical nas mesas de negociação coletiva para garantir que as cláusulas de gênero sejam mais frequentemente pautadas. Desta forma, a Confederação acredita que mais cláusulas poderão ser implementadas nos acordos e convenções coletivas.

Priorizar as políticas sociais articuladas com a política de valorização dos empregos e salários em defesa da classe trabalhadora

- 259- É estratégico para a Contracs promover o debate junto às entidades filiadas em defesa da instituição de políticas públicas que tenham como objetivo garantir condições iguais de ingresso e permanência no mercado de trabalho bem como o respeito da sociedade ante as minorias existentes.
- 260- Neste sentido, a Contracs deve se manter alerta e contra qualquer redução de direito e/ou discriminação presente na sociedade e no ambiente de trabalho. A Contracs defende que as entidades filiadas atuem na defesa da ampliação de políticas sociais e na garantia de direitos das minorias através da inserção de cláusulas sociais e de igualdade de direitos nos acordos coletivos de trabalho e nas convenções coletivas de trabalho.
- 261- É primordial defender as políticas sociais articuladas com as políticas de valorização dos empregos e salários visando ampliar o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras aos bens e serviços bem como atuar pelo debate sobre a inserção dos trabalhadores com deficiência. É necessário incluir na agenda sindical a sensibilização, a conscientização e qualificação dos/as dirigentes sindicais da Contracs no tema LGBT, avançar na discussão sobre as drogas lícitas e ilícitas junto às categorias do ramo e provocar o debate sobre o trabalho escravo e infantil presente no ramo e atrelado as grandes cadeias varejistas e atacadistas e ao trabalho doméstico infantil.

Juventude organizada é juventude sindicalizada

- 262- A classe trabalhadora é, em sua maioria, constituída por jovens. No total de trabalhadores do ramo, 53% correspondem à faixa etária de 18 a 29 anos. Deste universo, 52,5% da população ocupada estão presentes no comércio e serviços. Além disso, o comércio é considerado porta de entrada para a juventude no mercado de trabalho. Portanto é estratégico para a CONTRACS avançar na construção de um amplo e combativo movimento de jovens trabalhadores/as.
- 263- Os jovens são os mais afetados pelas condições precárias de trabalho do ramo, com baixos salários, alta rotatividade, extensas jornadas que impedem a qualificação profissional, a continuidade dos estudos e convívio familiar.
- 264- Diante deste cenário, é preciso propiciar conhecimento e formação para que esses jovens unam-se ao movimento sindical e seja parte importante na nossa luta pela busca por melhores condições de trabalho e salários. Neste sentido, a Contracs deverá articular junto aos sindicatos e federações campanhas específicas de sindicalização para a juventude trabalhadora. Faz-se necessário ainda fomentar o debate da juventude nas entidades filiadas, através de criação de secretaria e coletivos de juventude e pela promoção de jovens nas direções.

A Política internacional e a atuação das Redes Sindicais Internacionais

Uma atuação global

- 265- Desde sua origem, a CONTRACS recebeu o inestimável apoio e solidariedade internacional, que teve um papel fundamental na organização e desenvolvimento de suas lutas. Uma política internacionalista que é contra qualquer forma de discriminação, perseguição política, autoritarismo, assassinatos, sempre a favor da democracia e dos direitos humanos está

presente nas resoluções congressuais da CONTRACS. Por isso, neste 9º Congresso, afirmamos o compromisso de contribuir e participar ativamente das direções de diferentes entidades e organizações do movimento sindical, guiados pelos princípios de solidariedade, democracia, liberdade e autonomia.

- 266- Fortalecer a unificação do sindicalismo mundial e as parcerias firmadas sempre em defesa dos empregados com salários dignos e respeito aos direitos sociais e trabalhistas, com a construção de plano de lutas pela manutenção e ampliação desses direitos e a participação ativa dos trabalhadores/as, combatendo as políticas antissindicais das empresas multinacionais.
- 267- Neste sentido, construir alianças com os movimentos sociais em nível internacional é outra fundamental tarefa. Por isso reafirmos que a atuação no FSM – Fórum Social Mundial deve buscar alterar seu caráter tornando-o um espaço onde se decida ações e lutas unitárias que possam ser encaminhadas por todos os movimentos sociais em todos os países.
- 268- A defesa dos direitos humanos e os trabalhadores e trabalhadoras migrantes fará parte das ações estratégicas, em especial o combate ao trabalho escravo em oficinas de costura que prestam serviços para grandes redes internacionais do comércio. O fim da xenofobia e da discriminação aos migrantes faz parte da agenda da CONTRACS e precisa ser reforçado ainda mais em um cenário de combate ao trabalho escravo, de crise internacional onde possivelmente o fluxo de migrações aumente ainda mais.

As redes sindicais

- 269- A organização em redes sindicais de trabalhadores de mesmos grupos empresariais tem se mostrado uma arma eficaz de atuação nacional e internacional com importantes ações de mobilização e negociação junto às empresas multinacionais.
- 270- A CONTRACS deverá continuar a política de atuação em cada uma das sete redes. Na gestão 2011-2014 tivemos conquistas importantes como o diálogo social com Walmart, a atuação da Comissão de Trabalhadores e Trabalhadoras eleita junto com representantes do sindicato, o Reconhecimento da CONTRACS, a formação de Mesa permanente de negociação e os acordos de PPR da C&A, e os intercâmbios sindicais internacionais com a Accor, Carrefour e Casino.
- 271- Essa ação vai além da nossa estratégia organizativa de unificação de dados-base e acordos nacionais, ela liga os trabalhadores em todas as unidades e em todos os países onde a empresa estiver para avançar na organização e melhorias de condições de trabalho e salário. Portanto, devemos fomentar o debate junto aos sindicatos participantes sobre a autossustentação da rede.
- 272- Reafirmar a defesa das ações solidárias internacionais em relação aos trabalhadores de outros países, como as realizadas em prol dos trabalhadores das empresas Accor, Mc Donald's e Walmart.

Por uma política de desenvolvimento sustentável com trabalho decente

- 273- O tema de meio ambiente ainda é algo recente dentro do meio sindical, por isso é preciso aprofundar o debate e aliá-lo em consonância com os temas de saúde e segurança do trabalhador. Portanto, é estratégico para a secretaria de meio ambiente propor políticas ambientais que dialoguem com as necessidades da classe trabalhadora, articulando os sindicatos, as CUTs Estaduais e as Federações em torno de um mesmo projeto sustentável. A secretaria de meio ambiente da Contracs também deve atuar no sentido de elaborar e/ou contribuir com estudos e projetos que tenham relação com a proteção e preservação do meio ambiente.
- 274- A Contracs incentiva que sindicatos e federações filiados adotem a temática do meio ambiente como pautas em suas reuniões de direção, boletins informativos e formem coletivos ou criem secretarias específicas para pensar o tema com um olhar voltado para o ramo e para nossas intervenções junto aos trabalhadores e, principalmente, exigindo que as empresas cumpram as leis e normas existentes para proteger não somente o meio ambiente externo como o meio ambiente de trabalho.
- 275- Além disso, as entidades filiadas devem se preocupar em inserir cláusulas que garantam ambientes de trabalho seguro e respeitem o meio ambiente, pois somos todos cidadãos e convivemos no mesmo planeta.
- 276- Faz-se necessário que a Contracs e as entidades busquem participar dos Conselhos Consultivos e Deliberativos sobre temas como das bacias hidrográficas, meio ambiente, política de resíduo sólido e atuem de forma contundente na busca de políticas que garantam condições dignas de vidas a todos e todas.

Por uma Política Nacional de Finanças de autossustentação a serviço do projeto político

- 277- Para a CONTRACS, a política nacional de finanças sempre estará a serviço do projeto político da entidade, que deverá ser construído a partir da participação de todos e todas. Para a CONTRACS e seus sindicatos filiados, a busca da autossustentação financeira, decidida de forma soberana e democrática pelos trabalhadores, precisa estar acompanhada da aprovação de uma lei que proíba as práticas antissindiais e permita o acesso do sindicato aos locais de trabalho.
- 278- A gestão financeira da CONTRACS deverá buscar cotidianamente uma estratégia onde as aplicações dos recursos financeiro arrecadados estejam em sintonia com a ação política, contribuindo para maior mobilização, organização sindical, defesa e ampliação de direitos, lutas e conscientização dos trabalhadores. E sem abrir mão da eficiência administrativa e de políticas precisas de gestão de recursos humanos.
- 279- Deverá trabalhar para o fortalecimento também da nossa Central, orientando e incentivando as entidades a cumprirem com as contribuições estatutárias fortalecendo assim a organização das lutas da classe trabalhadora e ampliando a organização sindical nos estados.
- 280- Para a CONTRACS, a gestão dos recursos que vem dos trabalhadores/as deve ser revertida a favor deles. Neste sentido, defende que a gestão financeira das entidades CUTistas devem ser pautadas em solidariedade, participação e transparência, garantindo sempre a participação da base, antes, durante e depois das atividades realizadas e com transparência.

6. PLANO DE LUTAS

A luta no âmbito das políticas públicas:

- 281- Garantir a continuidade da Política de Valorização do Salário Mínimo;
- 282- Pela Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários;
- 283- Lutar pela regulamentação das pausas durante a jornada de trabalho;
- 284- Defender a democratização das verbas governamentais (oficiais), de maneira a democratizar a aplicação do dinheiro público no setor de comunicação;
- 285- Exigir do Poder Público brasileiro a implantação de políticas públicas que garantam o acesso efetivo de diferentes segmentos da população à informação;
- 286- Lutar pela ratificação da Convenção 156 da OIT sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargos de família;
- 287- Lutar para que a ampliação da licença maternidade de 4 para 6 meses seja uma Lei Federal, com garantia a todas as mulheres, independente da vontade da empresa ou solicitação da gestante;
- 288- Lutar pela ratificação da Convenção 189 da OIT seguida da Recomendação 201 em prol das trabalhadoras domésticas, bem como pelo FGTS obrigatório, pagamento de horas-extras, seguro-desemprego e a jornada de trabalho de 8 horas, não podendo ultrapassar às 40 horas semanais.
- 289- Rearticular as negociações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, visando dar continuidade ao projeto Trabalho Doméstico Cidadão;
- 290- Retomar a discussão do Grupo de Trabalho da Rede CERTIFIC, que discute PROEJA/FIC para as trabalhadoras domésticas de modo a garantir a metodologia preconizada por nossa central, para que a mesma possa se tornar uma política pública;
- 291- Atuar junto aos espaços de diálogo e decisão sobre minorias;
- 292- Incentivar as entidades filiadas a integrarem os conselhos consultivos e deliberativos em temas do meio ambiente nas esferas municipais, estaduais e federais, tais como de bacias hidrográficas, política de resíduos sólidos, entre outros.

A Luta no âmbito sindical:

- 293- Participar ativamente de todas as marchas organizadas pela CUT, bem como da Jornada Nacional de Lutas;
- 294- Dar continuidade e intensificar a Campanha Nacional de Combate à Precarização do Trabalho e ao processo de terceirização – pela igualdade de direitos entre os trabalhadores/as terceirizados e efetivos;

- 295- Realizar o acompanhamento da pauta dos trabalhadores/as junto ao Congresso Nacional e à liderança do Governo de forma a subsidiar a ação cotidiana da CONTRACS e dos sindicatos filiados;
- 296- Retomar a Campanha pelo Fim do Trabalho aos Domingos no comércio, em especial junto à sociedade com divulgação sobre os impactos na vida dos trabalhadores/as;
- 297- Desenvolver ações na luta pela ampliação da estrutura do MTE para realização de concurso, visando aumentar o número de fiscais do trabalho para atender as denúncias enviadas pelas entidades sindicais e pelos trabalhadores/as;
- 298- Fortalecer as Coordenações Regionais, como instâncias organizativas e de representação da CONTRACS;
- 299- Potencializar a criação de Federações de Trabalhadores do Comércio e Serviços nos estados onde não há federações CUTistas;
- 300- Organizar a formação de redes sindicais de trabalhadores nacionais;
- 301- Construir a Campanha Nacional Salarial Unificada do ramo, bem como articular nacionalmente e regionalmente as negociações das convenções coletivas e acordos coletivos;
- 302- Combater a exploração de trabalhadores/as brasileiros em embaixadas, consulados e/ou órgãos internacionais nos territórios brasileiros;
- 303- Conscientização junto aos dirigentes da importância da participação da juventude no meio sindical e nas direções;
- 304- Campanha de sindicalização para os jovens trabalhadores/as;
- 305- Divulgação das ações do coletivo da juventude por meio de boletins eletrônicos e jornais específicos;
- 306- Incentivar os Sindicatos e Federações pela criação de secretarias e coletivos de juventude bem como a inserção de cláusulas de juventude nos ACT e CCT;
- 307- Capacitar os/as jovens dirigentes;
- 308- Realizar Encontros Nacionais de Juventude para dar continuidade a temática junto aos Sindicatos e Federações Filiadas;
- 309- Promover duas reuniões do coletivo de juventude por ano;
- 310- Intensificar a mobilização para alterar o marco regulatório das comunicações no Brasil:

- 311- Lançar um abaixo-assinado pela descriminalização das rádios comunitárias;
- 312- Incentivar produções ligados/as à classe trabalhadora, independentes de autores/as;
- 313- Fortalecer o Comitê do Fórum Nacional pela Democratização de Comunicação – FNDC;
- 314- Montar uma rede de rádios comunitárias em parceria com a Agência Abraço de Comunicação;
- 315- Realizar Encontros Nacionais de Comunicação para dar continuidade ao tema da comunicação junto às entidades filiadas;
- 316- Promover duas reuniões do coletivo de comunicação por ano;
- 317- Lutar pela ampliação do número de mulheres na política bem como pela ampliação dos direitos políticos das mulheres;
- 318- Garantir a participação objetiva das mulheres em todos os espaços, atividades e políticas da CONTRACS;
- 319- Realizar campanha e mobilização no Congresso Nacional pela aprovação do PL 4857/2009;
- 320- Dar continuidade às Campanhas “Direito não se reduz, se amplia” e “Luta pela creche”;
- 321- Realizar uma Campanha Nacional no Combate à Violência contra as Mulheres;
- 322- A CONTRACS deve atuar de forma decisiva para que a especificidade da situação vivida pelas mulheres trabalhadoras seja incorporada enquanto uma luta de toda a classe trabalhadora;
- 323- Realizar encontros regionais da mulher trabalhadora da CONTRACS e fortalecer a ação do Coletivo de mulheres da CONTRACS;
- 324- Formar o coletivo nacional de gênero do ramo;
- 325- Os coletivos de mulheres devem garantir a continuidade do debate sobre a implementação da Paridade;
- 326- Formação e qualificação das mulheres em negociação coletiva e formação dos/as dirigentes sobre a questão de gênero nas negociações coletivas;
- 327- Participar e divulgar a Campanha de Igualdade de Oportunidades na vida, no Trabalho e no Movimento Sindical organizada pela CUT;
- 328- Incluir nas convenções coletivas mais cláusulas de proteção à mulher, políticas sociais e racial;

- 329- Buscar a valorização do trabalho e o fortalecimento da organização das trabalhadoras e trabalhadores domésticos; priorizar o tripé conforme a portaria 186 do MTE (Organização política e administrativa) levando em conta o projeto político do setor das trabalhadoras/es domésticas/os em construção pelas lideranças sindicais. Garantir a parceria da Confederação na construção e implementação em todos os níveis: local, estadual, regional e nacional;
- 330- Intensificar a luta pela equiparação de direitos aos/as trabalhadores/as domésticos/as através de uma Campanha pela Formalização da Carteira Assinada e pelo trabalho decente;
- 331- Realizar Campanha educativa para garantia de direitos e as formas de Trabalho Decente para as/os trabalhadoras/es domésticas/os (com material audiovisual e impresso);
- 332- Produzir uma cartilha explicativa e orientadora para os sindicatos de domésticas contendo todas as informações sobre a regulamentação dos direitos da categoria;
- 333- Dar continuidade ao trabalho de regularização dos sindicatos de domésticas e da FENATRAD;
- 334- Debater uma proposta de sustentabilidade financeira para as entidades em conjunto com a CUT, sindicatos de domésticas e a FENATRAD;
- 335- Fortalecer a atuação da Contracs através da SRI nos espaços internacionais, debatendo alternativas de enfrentamento a globalização e ao neoliberalismo;
- 336- Potencializar o trabalho da CONTRACS nas Federações Internacionais do Ramo (FSIs) para negociar e monitorar os Acordos Marco Globais (AMGs);
- 337- Participar ativamente e em conjunto com a CUT dos espaços de construção na CSA-Confederação Sindical das Américas e na CCSCS – Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul;
- 338- Fortalecer e ampliar a atuação da SRI nas redes sindicais de trabalhadores e trabalhadoras, nacional e internacionalmente, sendo espaço permanente de construção e articulação da Contracs junto aos sindicatos e federações CUTistas, de outras centrais e das Federações Internacionais do ramo;
- 339- Potencializar o debate e a atuação junto a CUT nas questões relativas aos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes;
- 340- Discutir nas redes sindicais uma proposta de pauta unificada (convenções coletivas, cláusulas econômicas e sociais, educação, saúde, segurança, participação nos lucros e resultados, lazer e acordo da taxa de serviço: Regional, Estadual e Nacional);
- 341- Campanha permanente de sindicalização nas redes e ações articuladas nacionalmente contra o assédio moral e desvio de função, incluindo os trabalhadores/as terceirizados;

- 342- Fortalecimento da comunicação interna entre os membros das redes através de grupos no Whats App, Facebook, email, entre outros;
- 343- Intensificar denúncias de empresas multinacionais no PCN, OCDE, OIT e OMC;
- 344- Aprofundar a discussão sobre as funções da carga e descarga no seguimento do gás e as consequências para os trabalhadores/as e tirar estratégias de enfrentamento;
- 345- Avançar na discussão e conscientização no meio sindical quanto ao combate do preconceito, da intolerância, da xenofobia e do racismo;
- 346- Ampliar as ações formativas de enfrentamento a discriminação racial;
- 347- Intensificar a ação jurídica de combate ao racismo e pela promoção da igualdade racial;
- 348- Incentivar a criação de secretarias e coletivos raciais nas entidades filiadas;
- 349- Atuar, participar e divulgar campanhas de igualdade de oportunidade e combate ao racismo;
- 350- Realizar o II Encontro Nacional de Promoção para a Igualdade Racial para dar continuidade a temática racial junto aos Sindicatos e Federações;
- 351- Promover duas reuniões do coletivo de promoção para igualdade racial por ano;
- 352- Divulgar e desenvolver ações sobre a Década Internacional de Afrodescendentes, aprovada na Assembleia Geral da ONU com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, a Década será celebrada de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024;
- 353- Encampar a luta e trabalhar pela atuação engajada do movimento sindical na marcha das mulheres negras em 13 de maio de 2015;
- 354- Atuar junto aos movimentos sociais e populares (MST, MTST entre outros) para fazer avançar a agenda democrática e progressista;
- 355- Realizar a 1ª Oficina LGBT;
- 356- Realizar a 1ª Oficina de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência;
- 357- Promover palestras, seminários e cursos sobre drogas lícitas e ilícitas no ramo;
- 358- Realizar campanhas contra a homofobia, trabalho escravo e o trabalho infantil;
- 359- Manter a campanha pelo fim do fator previdenciário até sua extinção;

- 360- Institucionalizar a Campanha contra a Exploração Sexual Infantil, criada a partir da assinatura do Pacto do Setor Hoteleiro para Copa do Mundo de 2014;
- 361- A CONTRACS deve capacitar os dirigentes do ramo na temática do meio ambiente através do desenvolvimento sustentável com trabalho decente;
- 362- Incentivar a inserção de cláusulas que garantam condições favoráveis ao meio ambiente de trabalho e ao meio ambiente externo aos trabalhadores/as e aos cidadãos;
- 363- Articular as ações de meio ambiente em nível local através dos sindicatos, estaduais através das federações e CUTs estaduais e nacional através da Confederação e da CUT Nacional;
- 364- Incentivar a criação de secretarias e/ou coletivos de meio ambiente nas entidades filiadas;
- 365- Divulgar notícias e informações sobre questões relativos ao meio ambiente através dos meios de comunicação da Confederação bem como incentivar que as entidades façam o mesmo de forma que o tema se incorpore no dia a dia das entidades e da base;
- 366- Garantir duas reuniões anuais do coletivo de meio ambiente;
- 367- Realizar Encontros Nacionais de Meio Ambiente;
- 368- Realizar Campanhas específicas do tema Meio Ambiente e Mundo do Trabalho na esfera Nacional.

7. Contribuições ao debate

Contribuição da CSD – CUT Socialista e Democrática corrente interna à CUT

Uma CONTRACS para uma nova fase da luta de classes...

A transformação socialista somente é possível se as propostas da esquerda conquistarem a hegemonia na classe trabalhadora e na maioria da população. Requer participação efetiva da classe contra a exploração capitalista. Isso não é espontâneo, deve ser organizado. O sindicato e a central sindical são ferramentas-chave para essa disputa e, portanto devem ser capazes de representar, organizar e mobilizar os amplos setores da classe trabalhadora, construindo seu protagonismo social, político e cultural independente.

I. EM MEIO À CRISE MUNDIAL DO NEOLIBERALISMO, UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.

- 369- Vivemos um momento internacional de crise do neoliberalismo. Ela significa o fim de uma hegemonia longa de cerca de 30 anos. Sua origem é eminentemente financeira e concentraram-se fortemente nos países centrais. Em seguida, a crise financeira ampliou-se à dívida pública (socialização pública dos prejuízos privados) e à produção (redução e contração da atividade produtiva, da renda e do emprego). São dimensões que atingem fortemente a Europa. E não está apresentada alguma perspectiva de curto prazo para sua reversão.
- 370- A democracia burguesa – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório dos seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do euro.
- 371- Para o movimento sindical – bem como para todo o bloco histórico que compomos –, é importante destacar que o fim de uma longa hegemonia não é imediatamente substituída por outra. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, há uma transição crítica. No século XX, duas viradas históricas foram marcadas por embates na luta de classes, tanto em escala internacional quanto no interior dos países: em 1930 e no final dos anos de 1970. No Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna da luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso no país. Em 1930, assentaram-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos de 1980, desenvolve-se a maior construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional.
- 372- Perceber, agora, que estamos no fim de uma onda longa e que existe um momento de disputa de um novo período é fundamental para agirmos nesse momento crucial de definição de oportunidades históricas. Existe um sentido centrífugo da crise: há tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para caminhos singulares e próprios abertos pela crise, criação de zonas com um grau maior de autonomia. A crise não implicou, no entanto, em deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados

de “centrais”, mas elas se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América Latina.

- 373- Esse entendimento do caráter da crise é diferente de generalizações como a ideia de que ocorre uma crise do capitalismo. Generalizar a crise dessa forma permite todo tipo de conclusão. Alguns interpretam de forma defensiva - até igualam a situação dos trabalhadores gregos à dos brasileiros - e outros ficam esperando a catástrofe final do sistema.
- 374- O momento histórico é de avaliar o papel dos governos progressistas da América Latina. Devemos avaliar o alcance e os limites das políticas redistributivas em curso. Em diversas situações, estão ancoradas nos ganhos de produção primária. Parte dela está voltada para garantir um padrão de consumo de determinados produtos, hoje massificados, que colocam vários países na dependência de um alto nível de exportação.
- 375- No caso brasileiro, necessitamos retomar, em novos patamares, uma política industrial que não seja concentrada no incentivo e financiamento do investimento privado. É possível estabelecer uma atuação do Estado no setor produtivo, por exemplo, investindo na superação da histórica defasagem tecnológica. A construção de empresas públicas precisa fazer parte de um projeto de desenvolvimento no qual o setor público é soberano diante da iniciativa privada e não o contrário.
- 376- A eleição do quarto mandato do bloco histórico comandado pelo PT corresponde a um novo período político marcado por dupla possibilidade: a plena superação do neoliberalismo e a construção de nova hegemonia no Brasil sob a direção dos socialistas democráticos. A nova hegemonia resultará da construção e realização do programa da revolução democrática. Chamamos de revolução democrática o conjunto do processo que considera o acúmulo das vitórias, o sentido democrático e a natureza desse bloco histórico, tendo a classe trabalhadora como eixo – e seu objetivo de constituir uma dinâmica favorável à transição socialista.
- 377- Para tal, é tarefa histórica nossa – a partir das possibilidades abertas no novo período – a construção de um Estado de solidariedade social, com igualdade de acesso aos bens culturais e sociais, com igualdade de gênero, multiétnico, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição de renda e da propriedade.

A Contracs/CUT na construção do bloco histórico da revolução democrática

- 378- A CONTRACS/CUT faz parte do bloco histórico da revolução democrática, ao influenciar a disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento e ao legitimar-se como liderança social de um novo protagonismo popular.
- 379- Temos um alvo fundamental a atingir: superar a natureza liberal do Estado brasileiro, que mantém a correlação de forças fortemente favorável à classe dominante. A natureza liberal do Estado brasileiro é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral, avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

- 380- A governabilidade conservadora deve ser substituída pela democracia participativa, através de ampla reforma política, que favoreça a participação popular como forma de governo.
- 381- A natureza liberal do Estado brasileiro fica evidenciada no peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (isto é, não subordinado aos bancos privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas, também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso quarto governo e é um dos seus mais importantes avanços.
- 382- Permanece, ainda, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, com as OSCIPS e OS.
- 383- O sindicalismo combativo CUTista pode contribuir com o desenvolvimento da revolução democrática, à medida que tem o potencial de: a) unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade; b) pressionar o Estado a assumir a democracia participativa como forma de gestão da política econômica; c) propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado; d) dirigir as lutas pela estruturação das condições de uma opinião pública democrática; e) fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática. A Plataforma da CONTRACS/CUT pode ser atualizada nessa direção.
- 384- Queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital.
- 385- A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam construção de um Estado de Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

UNIFICAR NUMA MESMA PLATAFORMA AS LUTAS POR IGUALDADE

- 386- Desde a sua fundação, a CONTRACS/CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão.
- 387- É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária. Apenas para uma organização radicalmente democrática é possível instituir a igualdade de participação entre homens e mulheres em suas instâncias de direção, com o instituto da paridade entre sexos.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEFINIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

- 388- É absolutamente estratégico para a soberania popular que a democracia participativa seja a forma de gestão democrática da política econômica. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecimento e a soberania popular são partes centrais do que chamamos de política econômica da democracia participativa.
- 389- Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. Com o planejamento democrático, procuramos vincular as metas econômicas às escolhas democráticas do povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico-tecnológico é produzido e apropriado através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais equitativa possível dos bens e serviços produzidos.

POR UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE A CLASSE TRABALHADORA E O ESTADO

- 390- Há um padrão de relação entre capitalistas e classe trabalhadora ainda vigente no país, que é mais uma evidência da natureza liberal do Estado brasileiro.
- 391- A sobrevivência das dimensões corporativas, herdadas da Era Vargas, foi instrumentalizada a serviço de maior acumulação capitalista nos anos da ditadura militar e levada a um grau de barbarismo do neoliberalismo.
- 392- É imperativo que dimensionemos nossas potencialidades para propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas. Esta nova relação busca superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam, em grande medida, os direitos e as instituições das políticas sociais no Brasil.
- 393- Nossas bandeiras, reunidas na Plataforma da CONTRACS/CUT, precisam tornar-se campanhas nacionais. É possível através de uma grande campanha nacional, com outras centrais além CUT conquistar direitos que impactam concretamente a vida da maioria da classe trabalhadora do nosso ramo do Comércio e Serviços. Foi o caso da luta pela valorização do salário mínimo. A nossa confederação tem o potencial de abrir um novo ciclo de campanhas nacionais, que se enraízem em cada sindicato filiado, que alimentem expectativas da classe trabalhadora para as transformações em suas vidas. Com instituição do piso nacional dos comerciários e dos garis com datas bases unificadas. Como afirmou o presidente uruguaio, **Pepe Mujica**, “mudanças que o povo possa pegar com as mãos”.
- 394- Nosso programa deve incorporar na sua centralidade a visibilidade e valorização do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres, que se traduz na sustentabilidade. As mulheres devem ser consideradas como sujeitas ativas e capazes da economia, efetivando a sua autonomia econômica. A juventude, por sua vez, demanda políticas públicas que garantam sua permanência no emprego, em condições de estudar, qualificar-se para ingressá-la em novo emprego e ter qualidade e igualdade de tratamento no acesso a direitos e cidadania.

- 395- A CONTRAS/CUT reúne a maior parcela da militância sindical que luta por avanços recentes na construção do novo modelo de desenvolvimento econômico do País. Dirigindo o campo CUTista do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras, fortaleceremos a luta por mudança nos índices de rotatividade e desemprego.
- 396- O poder de desapropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo. Neste sentido, a PEC do Trabalho Escravo é uma realidade e provocará uma mudança qualitativa na relação do Estado com a propriedade. Podemos imprimir grandes vitórias sobre o bloco liberal-conservador em sua versão urbano-ruralista. Para tanto, a CONTRAS/CUT tem a urgente tarefa de unificar suas bases em torno de campanhas com este fim. Onde for encontrado trabalho escravo nas zonas urbanas, nas bases de produção do comércio e serviços, devemos estar atentos para exigir a aplicação da lei sobre os que se beneficiam do trabalho escravo, em áreas urbanas, em especial onde tiver oficinas de confecção de roupas para as grandes redes, e que seja extensiva às suas marcas.
- 397- Para o objetivo histórico da CONTRAS/CUT, que é representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira do ramo comércio e serviços, precisamos atualizar a estratégia de organização da juventude. Desafiaremos os sindicatos CUTistas a desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Ou seja, jovens trabalhadores que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional, que estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora.

POR CONDIÇÕES ESTRUTURAIS PARA UMA OPINIÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA

- 398- A construção de um programa da revolução democrática deve necessariamente caminhar para a formação de uma comunicação pública.
- 399- A CONTRAS/CUT deve elaborar um primeiro plano da luta sindical em defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Confederação tem potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil.

FORTALECER O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA.

- 400- Temos consciência que há forte relação entre o processo em curso no Brasil e a atual crise liberal de direção e de dominação do sistema mundial. O sindicalismo combativo tem se comportado, nesse novo período político, como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas.
- 401- Com efeito, tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. O aspecto mais fundamental é a pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latino-americanos assumam plataformas sócio-laborais que visem à superação completa do neoliberalismo. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas.
- 402- Por meio da CSA, a atuação CUTista tem incidido para que a integração latino-americana não se limite aos aspectos estruturais e econômicos. Nossa atuação sindical internacionalista

busca promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infraestrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

O bloco na rua

- 403- O bloco social e político do qual a CONTRACS/CUT faz parte se contrapõe antagonicamente ao bloco liberal-conservador, consecutivamente derrotado em nosso País e em grande parte dos países latino-americanos.
- 404- As alianças construídas pela CONTRACS/CUT não devem ocorrer de forma fragmentada, mas coerente com a nossa estratégia diante do novo período. Precisamos sempre estabelecer pontos de contato entre iniciativas com algum movimento social, em particular, com as coalizões construídas em conjunto com diversos movimentos. A Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS – é estratégica para a conformação dessa coalizão de movimentos que impulsionam a revolução democrática brasileira.
- 405- O sentido das alianças é fazer avançar as tarefas no rumo das mudanças. Para tanto, é imperativo que a CONTRACS/CUT redimensione a aposta na CMS. Significa maior centralidade da direção CONTRACS/CUT, engajamento de maior número de dirigentes nacionais, organização da pauta política em nossas instâncias e responsabilização de dirigentes em todos os Sindicatos e Federações. O objetivo central deve ser o aumento do protagonismo da CONTRACS/CUT na construção da CMS e ter prioritariamente enraizamento nos movimentos sociais mais combativos.
- 406- Não cabe na estratégia da CONTRACS/CUT a construção de alianças, mesmo que pontuais, com setores orgânicos do bloco liberal-conservador. Nenhuma das tarefas estratégicas da CONTRACS/CUT necessita de unidade com setores do empresariado nacional. Não é com o empresariado que fortaleceremos o setor público, nem democratizaremos o Estado, muito menos às relações de trabalho. Será a partir do confronto com os seus interesses que conquistaremos a democratização das relações de trabalho e a redução da jornada de trabalho, o fim do Fator Previdenciário; a recuperação do poder de compra das aposentadorias, a ratificação das Convenções 158, 156 e 189 da OIT; a atualização dos índices de produtividade, dentre outras bandeiras históricas da classe trabalhadora brasileira. Sem a Política de Promoção do Emprego (PPE) que precariza ainda mais a tão sofrida classe trabalhadoras do nosso ramo.
- 407- Nossas alianças sociais e políticas se orientam por essa direção. Com liberdade e autonomia, celebraremos a vitalidade de 25 gloriosos anos bem vividos, no combate. E cantaremos a alegria de sermos eternos aprendizes da construção conjunta, democrática e solidária, do mundo no qual desejamos viver.

Conjuntura Nacional e agenda política

I. Aproveitar as possibilidades abertas a partir de uma 4ª vitória eleitoral, mais polarizada e politizada, para aprofundar a revolução democrática no Brasil.

- 408- A reeleição de Dilma Rousseff para presidência da República, configurando um 4º mandato encabeçado pelo PT no governo federal, é uma grande vitória para a classe trabalhadora brasileira,

alcançada em um contexto de forte disputa programática, de unidade da esquerda e de mobilização popular de rua.

- 409- O Brasil chegou a estas eleições com grandes conquistas econômicas e sociais. Avançamos na distribuição de renda, na diminuição da pobreza e saímos do mapa da fome organizado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Atualmente, temos níveis baixíssimos de desemprego e a renda do salário mínimo aumentou 72 % comparada aos governos anteriores. Em 12 anos, criamos 21 milhões de postos de trabalho sendo que só no governo Dilma foram 5,6 milhões. A expansão das universidades públicas e a democratização do acesso à educação são realidade em todo o País. Em 2002, o Brasil era a 13ª economia mundial, hoje é a 7ª. Reduzimos o endividamento líquido de 65% do PIB para 33% do PIB com reservas de 370 bilhões de dólares. A descoberta do Pré Sal e a destinação de 50% do seu Fundo Social para a educação e saúde, assim como 75% dos seus royalties à educação e 25% à saúde, colocam o Brasil em outro patamar de investimentos públicos em setores tão decisivos.
- 410- Dilma enfrentou um grande período de crise internacional com respostas positivas na agenda trabalhista e de ampliação de direitos. Além da firme continuidade da política de valorização do salário mínimo, garantiu direitos às trabalhadoras domésticas, reconheceu os e as jovens como sujeitos portadores de direitos com a sanção do Estatuto da Juventude, aprovou a PEC do trabalho escravo, impediu o retrocesso proposto pelo projeto de terceirização e sancionou o marco civil da internet.
- 411- Mas as dificuldades/contradições vividas durante seu 1º mandato também existiram: não avançamos na democratização do Estado através das reformas estruturais; o papel do trabalho ainda ficou à margem das políticas sociais, com constantes tentativas de retrocessos em direitos; a política econômica esteve sob forte disputa cotidiana dos setores do mercado financeiro.
- 412- Não obstante, o programa apresentado pela candidatura Dilma durante a disputa eleitoral sinalizou possibilidades para um 4º mandato de maior aprofundamento das políticas sociais e democratização do Estado. Durante a disputa eleitoral, abriu-se o debate programático sobre os rumos da economia do país através do debate sobre autonomia do Banco Central, afirmou-se a necessidade de combate a todas as formas de violência, ratificou-se a importância das políticas sociais e dos serviços públicos de educação, saúde, transporte e segurança, bloqueou-se qualquer tipo de retrocesso nos direitos trabalhistas e afirmou-se a necessidade de uma reforma política que retire o poder determinante do financiamento privado e que promova maior participação social, incluindo as mulheres, a população negra e a juventude.
- 413- Neste sentido, podemos afirmar que o programa defendido pela CSD de Revolução Democrática esteve presente na campanha eleitoral, ainda que de maneira ativa e propositiva. Dilma se afirmou como uma forte liderança política de esquerda, especialmente entre a juventude e as mulheres, por toda sua trajetória política de luta pela democracia e ética pública.
- 414- Esta campanha foi à quarta disputa entre o PT e o PSDB desde que o PT venceu em 2002. E foi, portanto, o quarto enfrentamento de dois projetos distintos de País. Saímos vitoriosos/as de uma eleição de forte polarização entre projetos políticos antagônicos - de um lado o projeto da classe trabalhadora e, do outro, o projeto elitista, que é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais. De um lado nosso projeto anti-neoliberal, e de outro, o projeto de retorno à agenda neoliberal. Nosso projeto venceu principalmente nos locais nos quais conseguimos implementá-lo de maneira mais aprofundada, o que significa uma aprovação popular dele.

II. Uma agenda política positiva para consolidar nossa vitória eleitoral

- 415- Essa disputa de projetos políticos, como já percebemos, não termina nas eleições. A polarização conservadora expressa através do ódio ao nosso projeto, que é vista todos os dias, nos mostra que a disputa vai continuar durante todo o governo da presidenta Dilma. Conseguiremos ser vitoriosos nesse processo na medida em que avançarmos em duas frentes:
- avançar em uma agenda política positiva, que tenha com centralidade: a afirmação da política econômica anti neoliberal; a democratização do Estado; e que coloque a valorização do trabalho no centro das políticas sociais.
 - seguir com unidade no bloco da esquerda que se expressou principalmente no 2º turno, reforçando seus ideais de liberdade, que foi capaz de atrair novos setores populares para nosso campo, especialmente jovens não organizados em movimentos tradicionais;
- 416- Os mercados financeiros disputam, hoje, uma direção para a política econômica que seja alternativa àquela que foi eleita pela maioria do povo brasileiro: uma economia política não alinhada com o programa vitorioso em 2014. Após a derrota eleitoral, os mercados tentam recuperar a supremacia sobre as questões mais fundamentais, como a moeda, os juros, o câmbio, a política salarial, a externa e a fiscal. O primeiro grande desafio, portanto, é aprofundar a política econômica que foi vitoriosa no 1º mandato de Dilma.
- 417- No que tange à democratização do Estado, a pauta das reformas estruturais precisa ser enfrentada. A realização do Plebiscito pela Constituinte Exclusiva e Soberana para fazer a Reforma Política é condição quase que indispensável para avançarmos nas demais reformas. Este Congresso eleito não tem correlação de forças suficiente para aprovar questões estruturais favoráveis à maior democratização do estado. A CSD deve seguir impulsionando, junto à CONTRACS/CUT, um engajamento forte por este Plebiscito. Paralelamente à reforma política, necessitamos centrar forças na democratização da comunicação, que, monopolizada como é hoje, bloqueia a comunicação de nosso projeto com a grande massa, serve a interesses golpistas e não se comporta como concessão pública e democrática.
- 418- O movimento sindical e a CUT, em particular, têm o potencial de unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, social e política. Nesse rumo, a unidade de ação com movimentos sociais populares em defesa de reformas estruturantes, como a reforma política, é fundamental, levando ao centro do projeto unitário a democracia participativa e a democratização dos meios de comunicação. Significa minar o poder do capital sobre as decisões políticas e a formação da opinião pública.
- 419- Ainda sobre a democratização do Estado, nós e a CUT devemos ser capazes de disputar que a agenda central de conquistas e de ampliação de direitos seja feita a partir do Estado, e não apenas do mercado.
- 420- Para enfrentar a tarefa de elevar o tema do trabalho como central, deve estar na agenda da luta sindical a conquista de uma estrutura de mercado de trabalho que absorva todos/as que ingressam nela em ocupações de qualidade, tanto em termos de renda, quanto de proteção social. Para tanto, é necessário, por um lado, barrar iniciativas empresariais que visam a redução de direitos, e, por outro lado, deve-se mobilizar por novas conquistas no âmbito da valorização do trabalho através da proposição de uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado. Nesse sentido, o centro do combate é organizado por uma agenda de regulação pública do trabalho. Um novo modelo de desenvolvimento requer um novo padrão de regulação social do trabalho, fortalecido através da regulação pública e da proteção social.

- 421- A CONTRACS/CUT enfrentou no último ano uma dura batalha contra a proposta de expansão da terceirização. Conjuntamente a este projeto, há outros em andamento que propõe retirada de direitos. Durante o período eleitoral tivemos a garantia da presidenta em não mexer em direitos trabalhistas já conquistados, o que, diante de possibilidade de retrocessos, é um grande avanço, mas ainda é pouco. A CUT deve ser capaz de apresentar uma agenda sindical numa perspectiva da centralidade do trabalho numa agenda pós-neoliberal. Isso significa dar concretude ao papel da CUT na construção da Revolução Democrática.
- 422- Os próximos 4 anos de governo Dilma serão de intensa disputa, mobilizações e precisarão de muito diálogo com o movimento sindical para a consolidação de uma sustentação política dos movimentos sociais para aprofundar as transformações em curso. A CSD reúne as condições de se apresentar como a corrente sindical no interior da CUT que impulse a Central para protagonizar a unidade dos movimentos sociais de esquerda, para avançarmos na Revolução Democrática.
- 423- Contudo, para tanto, é necessário se desafiar a pensar e construir novas formas de organização e mobilização que inclua a nova composição da classe trabalhadora, especialmente as mulheres e a juventude.

Conjuntura Internacional

- 424- A crise econômica mundial iniciada no final de 2008 é expressão de uma crise maior em que os princípios do modelo neoliberal fundados no livre comércio, na livre circulação de capitais e na mundialização dos mecanismos financeiros chegou a um nível de insustentabilidade, incapaz de garantir um novo ciclo de crescimento.
- 425- A crise iniciou afetando drasticamente o sistema financeiro global, levando a bancarrota muitos dos principais bancos, em especial dos países da Europa e EUA. A resposta de muitos governos foi socorrer os bancos, aumentando suas dívidas públicas. No caso dos países cujas economias eram mais frágeis e dependiam mais do modelo neoliberal para garantir o seu crescimento (por exemplo, Grécia, Irlanda, Espanha, entre outros), esse quadro foi agravado pelo desequilíbrio das balanças de pagamentos.
- 426- Dessa forma, usando o aumento da dívida pública como justificativa, esses países, com apoio do grande capital, começaram a aplicar pacotes de austeridade, com cortes de direitos e políticas sociais. Ou seja, a crise do neoliberalismo em um primeiro momento justificou a aplicação de políticas fora do script neoliberal (intervenção estatal para salvar corporações privadas) para em seguida aprofundar o próprio neoliberalismo.
- 427- Essas medidas econômicas não são capazes de retirar esses países da estagnação ou recessão, mas cumprem a outra função do neoliberalismo: a concentração de renda.
- 428- Em períodos de crise a competitividade dos concorrentes aumenta; vendem seus produtos a preços menores, reduzem direitos, desmontam estruturas de proteção social. São 200 milhões de desempregados em 2013 e cerca de 840 milhões de trabalhadores e trabalhadoras vivendo com menos de US\$ 2 diário.

- 429- Fenômeno frequente em todas as crises do capitalismo, a concentração de renda ocorre tanto entre diferentes classes sociais, mas também dentro da própria burguesia, principalmente através dos processos de fusões e aquisições de empresas menores por empresas maiores.
- 430- Na crise atual, nem todos os países passam por esse fenômeno. Os governos que romperam com o modelo neoliberal, como é o caso do Brasil e de vários países da América Latina, e os que nunca deixaram de privilegiar o papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico, destaque para a China, conseguiram sustentar altos índices de emprego e contínuo aumento da renda, ainda que em um ritmo menor que o anterior à crise.
- 431- A China continua como a grande propulsora do crescimento econômico, mas também com taxas cada vez menores. Atualmente, elas se encontram em por volta da metade do que eram no período pré-crise.
- 432- Sua estratégia mudou: da atração de maciços investimentos estrangeiros e industrialização voltada para exportação para um desenvolvimento com maior foco na expansão do mercado interno.
- 433- No caso da América Latina, a agenda neoliberal não desapareceu. Os governos democráticos-populares são atacados diariamente pelos partidos de oposição à direita, grandes grupos de mídia, bancos privados, entre outros setores, que exigem políticas de austeridade, aumento das taxas de juros, redução da renda e do emprego e também a retirada dos direitos sociais.
- 434- Outros governos progressistas da região também enfrentam dificuldades para garantir seu crescimento econômico. Na Bolívia e Equador, Evo Morales e Rafael Correa entraram em forte confronto com os movimentos indígenas em torno de projetos que gerariam impacto ambiental. Na Venezuela e na Argentina os desequilíbrios macroeconômicos vêm aumentando, sem uma saída a vista no curto prazo.
- 435- Nesse quadro global de contínuo declínio do crescimento econômico, até o momento não surgiu nenhuma nova alternativa ou modelo, mesmo dentro dos marcos do capitalismo, para a superação da crise.
- 436- A classe trabalhadora organizada se mobilizou no mundo todo contra os efeitos perversos da crise. Em cada local adquiriu demandas específicas, desde lutas pontuais para elevação dos salários e manutenção de empregos, passando por rejeição contra projetos de cortes de direitos e ataques à renda apresentados pelos governos com o intuito de salvar os bancos, chegando em alguns casos na luta pela derrubada de ditaduras e construção de democracias.
- 437- Na Europa, contra os pacotes de austeridade, os sindicatos e organizações do movimento estudantil, puxaram diversos atos e greves. Nos países árabes, devido à piora na qualidade de vida, estouraram diversas lutas populares que adquiriram um caráter de oposição ao regime estabelecido e de reconfiguração do modelo político. Houve intensa participação dos sindicatos, que conseguiram manter sua organização após décadas de repressão, ainda que esses não tivessem a liderança do movimento. No Brasil, diversas greves foram realizadas

como resposta à recusa do empresariado em conceder reajustes salariais que garantissem o aumento da renda dos trabalhadores e trabalhadoras.

- 438- Porém, as principais mobilizações populares que ocorreram nos primeiros anos após o estouro da crise repetiram um certo padrão, mesmo com todas as particularidades de cada local em que ocorreram. Grandes contingentes de pessoas, de diversas classes sociais, com diferentes opiniões, desejos e projetos políticos, ocuparam as ruas de várias cidades ao redor do globo, sem lideranças (fossem de indivíduos ou de organizações políticas) e frequentemente sem uma pauta e reivindicação claras.
- 439- Esse fenômeno iniciou nos países mais afetados pela crise econômica e mais recentemente chegou inclusive onde não houve processo de estagnação ou recessão (caso brasileiro).
- 440- No Oriente Médio e Norte da África, os resultados do fenômeno que ficou conhecido como “Primavera Árabe” foram diversos, variando muito em cada país.
- 441- Na Tunísia, onde a onda revolucionária começou, a ditadura que perdurava há muito caiu e cada vez mais um modelo democrático vem se consolidando.
- 442- No Egito, maior país árabe do mundo, após a queda do ditador Mubarak seguiu um período de turbulência, com eleições, golpes, repressão e atualmente ainda está incerto qual será o resultado político daquela revolução, aparentemente caminhando para se consolidar novamente uma ditadura militar.
- 443- Na Europa, o impacto eleitoral foi o aumento da abstenção e trocas de governos sem mudanças nas políticas governamentais, sendo difícil se o espectro político tem se inclinado mais para a esquerda ou direita. Por sua vez, partidos de extrema-direita (fascistas e neo-nazistas) tem crescido em alguns países, aparentemente mais do que os partidos de extrema-esquerda.
- 444- Nos EUA ocorreu o surgimento do Tea Party em 2009 como uma ala de extrema-direita do Partido Republicano, com um discurso fundamentalista cristão, ultra-liberal na economia e xenóforo. Apesar de ter ganhado muita força nos seus primeiros anos, recentemente a cúpula do Partido Republicano decidiu enfraquecer esse movimento já que afastava o eleitorado mais ao centro.
- 445- É possível afirmar que o crescimento do fascismo tem adquirido múltiplas formas em diferentes países. Em Israel o processo de direitização cada vez maior da sociedade que ocorre desde os anos de 1990 atinge seu ápice nesse momento, ao mesmo tempo em que o povo palestino só vê seu território e seus direitos constantemente diminuídos.
- 446- Já na Ucrânia, o crescimento de organizações neo-nazistas teve imenso apoio, político e financeiro, dos oligarcas locais e em especial dos EUA, como um instrumento para derrubar o antigo governo, desestabilizar a região e buscar isolar a Rússia da geopolítica global, em especial em relação à Europa, que depende tanto do gás quanto do mercado russo para sua economia.

- 447- Fenômeno que chocou boa parte do mundo, o surgimento do Estado Islâmico em parte do território da Síria e do Iraque também é resultado da ação do imperialismo. Após as guerras que EUA e seus aliados participaram diretamente ou patrocinaram no Oriente Médio, levando à devastação sem precedente da região o que resultou no crescimento de grupos fundamentalistas islâmicos, que por sua vez haviam sido armados pela OTAN para derrubar Bashar al-Assad.
- 448- Assim, vemos como muito da instabilidade que cresce no mundo após o estouro da crise não é resultado apenas dos efeitos econômicos, mas também da ação direta do imperialismo, em especial dos EUA, que vem aprofundando sua política externa definida como “dominação de espectro total”, formulada após o fim da União Soviética. Em casos nos quais os EUA não conseguem impor sua hegemonia, se valem da desestabilização de um país via apoio a revoltas sociais e mesmo guerras civis (podendo até lançar mão de mercenários estrangeiros), utilizando de todos os meios possíveis.
- 449- Porém, é importante destacar o crescimento de alternativas de esquerda. Na Grécia, a Syriza (abreviação em grego para Coligação da Esquerda Radical) cresceu de forma expressiva nos últimos anos e nas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2014, foi o partido mais votado e já aparece com larga vantagem nas pesquisas de intenção de voto para as próximas eleições internas.
- 450- Outro caso de destaque é a Espanha e o novo partido Podemos, fundado em janeiro de 2014 e como consequência dos imensos protestos que estouraram no país em 2011. Com apenas quatro meses de vida, o Podemos ficou em quarto lugar nas eleições europeias de maio e em novembro aparecia nas pesquisas de intenção de voto em primeiro lugar para as próximas eleições municipais, regionais e nacional.
- 451- Podemos tem se destacado não apenas pelo seu programa de esquerda, apresentado em uma linguagem nova, mas também pela tentativa de um novo tipo de democracia interna de caráter mais horizontal e participação direta. Como ainda é um partido muito novo é difícil avaliar se serão bem sucedidos nessa tarefa.
- 452- Além disso, em outros países as mobilizações sociais com propostas claras cresceram muito ao longo de 2014 na Europa. Para ficar em um exemplo, no intervalo de menos de duas semanas um milhão de pessoas foram às ruas na Itália e cem mil pessoas na Bélgica, convocadas pelas principais centrais sindicais desses países, contra propostas de seus governos para cortes em direitos sociais e trabalhistas.
- 453- Nos EUA, após o fim do movimento *Occupy*, que se espalhou por centenas de cidades, muitos movimentos sociais buscaram se reinventar. No caso do movimento sindical, a política de maior destaque foi a luta por sindicalização e aumento salarial dos trabalhadores e trabalhadoras das redes de fast-food, tendo sua principal ação no dia 04 de setembro quando ocorreram paralisações e atos de desobediência civil em mais de 150 cidades.
- 454- Na América Latina, no geral a esquerda se fortaleceu no último período, sendo reeleita onde já governava (sendo o caso mais recente o Uruguai, com a volta de Tabaré Vazquez da Frente Amplia, a mesma de Pepe Mujica) e conquistando novos governos (caso do Chile, onde

Bachelet venceu com uma plataforma mais a esquerda do que seu primeiro governo; porém deve-se sublinhar que também aumentou drasticamente a abstenção eleitoral).

- 455- Ao longo do governo Dilma a política externa independente e focada nas relações Sul-Sul, iniciada pelo presidente Lula, se aprofundou. Entre suas principais ações podemos destacar: a) o enfrentamento aos EUA após a descoberta que este espionava diversas autoridades, cidadãos e cidadãs do Brasil; b) criação do Banco dos BRICs, em parceria com Rússia, China e Índia, para ser um contraponto ao FMI; c) liderança política que buscou impedir interferência externa em assuntos de países da América Latina, como foi a tentativa da OEA durante a crise na Venezuela durante o começo de 2014; d) oposição à política norte-americana no Oriente Médio, em especial ao massacre israelense em Gaza e o bombardeamento no Iraque e na Síria ao longo de 2014.
- 456- Importante lembrar que o sindicalismo do nosso continente foi o único movimento social a apresentar um programa para garantir o desenvolvimento econômico e social de modo sustentável: a Plataforma Laboral das Américas, construída pelas centrais sindicais através da CSA.
- 457- A PLADA também visa ser um instrumento que permita a aproximação do movimento sindical do nosso continente com outros atores políticos na luta por sociedades mais justas e igualitárias.

Paridade

- 458- Desde a fundação da Contracs, a presença organizada das mulheres tem sido importante no debate sobre gênero e em temas gerais da Contracs. Há momentos em que as mulheres marcaram nossa trajetória e fortaleceram nosso protagonismo, tais como: a aprovação dos aperfeiçoamentos do Estatuto, no que se refere à política de cotas de gênero a ser implementada pelo conjunto de suas instâncias. Neste sentido, temos sido referência para outras organizações mistas e do movimento de mulheres. No entanto, segue como um grande desafio para o conjunto da CONTRACS assumir uma plataforma feminista capaz de transformar a realidade da classe trabalhadora e, em particular, a vida das mulheres.
- 459- Participar de direções sindicais é um direito político das mulheres. A Contracs/CUT tem como base os princípios da Liberdade e Autonomia Sindical: democratizar as relações de trabalho para garantir e ampliar os direitos democracia e da igualdade, portanto, quando reivindicamos paridade nos remetemos a esses princípios fundadores de nossa Confederação. A aplicação da paridade é um passo importante para a construção de políticas que alterem as condições de participação política e sindical das mulheres.
- 460- Mas, para isso, é necessário que as entidades sindicais como: Confederação, Federações e Sindicatos proporcionem condições para que as mulheres realizem seu trabalho nos diferentes momentos de representação, elaboração, execução e avaliação da política sindical da Contracs.
- 461- É um desafio para o movimento sindical incorporar em sua política uma nova concepção de trabalho, que considere as atividades realizadas pelas mulheres no âmbito familiar e

doméstico. Para isso, é necessário reconhecer as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho; a ausência de equipamentos públicos, entre eles creches e escolas de período integral; conhecer a situação das trabalhadoras e ter uma política de inclusão das mulheres no movimento sindical, garantindo a transversalidade de gênero em todas as políticas, atividades e espaços da Contracs, para que nossa Confederação assuma cada dia mais, este espaço como das trabalhadoras e dos trabalhadores.

462- Por isso, o nosso 9º Congresso delibera:

463- Paridade na Executiva e Direção Nacional da Contracs/CUT alterando o estatuto e atualizando o mecanismo de representação das mulheres nos espaços de poder, com o objetivo de garantir a plena aplicação desse critério, como também a presença e a manutenção das mulheres dirigentes na Direção da Contracs;

464- O aprofundamento desse debate nas demais instâncias da Contracs até o **10º Congresso**. As entidades verticais e de base/sindicatos iniciarão o processo de um amplo debate com a base, considerando a realidade do setor/categoria com a perspectiva de ampliar a participação das mulheres. Manter os trinta por cento neste 9º. Congresso com a participação nas delegações e a paridade nas delegações e nos espaços da direção executiva e direção.

Resolução sobre telecentros (call center's)

465- A Contracs faz pública e notória a dura realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores nas Centrais de Atendimento (Telecentros ou Call-center's), mais precisamente aquelas e aqueles que trabalham nas operações das empresas em PA's (posições de atendimento) e sofrem diariamente com o adoecimento, devido aos desgastes físico, mental e psicológico motivados pela falta de reconhecimento profissional, despreparo organizacional, administrativo e hierárquico, por atitudes de assédio moral e sexual e por atos antissindicais dos representantes em cargos de chefia e supervisão das empresas exploradoras deste serviço. Esta situação, instaurada no Brasil a partir dos anos de 1990, com o crescimento desenfreado da terceirização, propicia o surgimento das trabalhadoras e dos trabalhadores em Centrais de Atendimento. São, na maioria esmagadora, jovens de até 30 anos de idade, estudantes e majoritariamente vivendo o seu primeiro emprego. Para atender a demanda de serviços cada vez mais crescente por conta das "facilidades" da tecnologia eletrônica e da informática, estes jovens são extremamente explorados e adoecem no início da sua vida laboral. Muitas e muitos acabam na Previdência Social, já no primeiro, que pode ser o último devido a carga horária excessiva, o horário de trabalho incompatível com o estudo e a remuneração muito baixa. A prática exploratória desta mão de obra é uma estratégia patronal de precarização e sonegação de direitos trabalhistas que, somados à alta rotatividade, dificultam, senão impedem, as trabalhadoras e os trabalhadores de participarem da organização sindical e de acompanhar e fazer valer, engajados na luta, a pauta de reivindicações da categoria. A forma de organização patronal da exploração deste segmento da economia, impõe, de forma simultânea, trabalho sob grande pressão de tempo, elevado esforço mental, elevado esforço visual, exigência de grande responsabilidade; acompanhada da falta de controle sobre o processo de trabalho, rigidez postural e sobrecarga estática de segmentos corporais, avaliação de desempenho por monitoramento eletrônico, gravação e escuta de diálogos, incentivos de premiação por produção individual

com desgastes evidentes na saúde devido à competição exacerbada. O adoecimento por LER/DORT (Lesão por Esforço Repetitivo/Distúrbios Osteo musculares Relacionados ao Trabalho), PAIR (Perda Auditiva Induzida pelo Ruído), Trauma Acústico e Distúrbios na Voz é algo intensamente debatido nas instâncias técnicas, reconhecidos como prejuízos ao sistema nacional de saúde pública. É alarmante que a vítima deste processo não está despertada para os fatores que favorecem o aparecimento das doenças ocupacionais, limitando-se a lotar os ambulatórios de saúde e também o departamento jurídico do Sindicato. Somado isto, as práticas nas relações hierárquicas autoritárias, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes, dirigidas a um ou mais subordinados, entre colegas e, excepcionalmente, na modalidade ascendente, desestabilizam ainda mais a vítima. Mais ainda: cada empresa explora mediante o uso da “multitarefa” e tem piso salarial diferenciado; com benefícios desiguais e remuneração variável sem regras pré estabelecidas, contrariando a prioridade da negociação coletiva, que visa a isonomia, o que acarreta mais dignidade e melhores condições de vida. Por fim, para cada empregada ou empregado contratado diretamente pelas Operadoras de Telecomunicações, são contratadas ou contratados, em média, dez trabalhadoras e trabalhadores terceirizados/precarizados para prestar serviço à população. Para enfrentar esta situação e lutar, engajadas e engajados na CUT, pelo fortalecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores nas Centrais de Atendimento (Telecentros ou Call Center's), destacamos que:

- 466- Se faz extremamente necessária a participação e a intervenção positiva da Contracs na regularização e/ou regulamentação e no reconhecimento da profissão das trabalhadoras e dos trabalhadores nas Centrais de Atendimento (Telecentros ou Call Center's), para ampliar os seus direitos e as suas conquistas, criando legislação própria se, para tal, necessário for.
- 467- A Contracs defenderá a redução da jornada de trabalho para no máximo 40 horas semanais.
- 468- A Contracs intensificará o combate às normas de controle de trabalho e assédio moral e sexual neste locais de trabalho.
- 469- A Contracs monitorará e exigirá a aplicação, na íntegra, do anexo II da NR-17 e denunciará o seu NÃO cumprimento, nos meios de comunicação e em todas as instâncias, instituições e fóruns que tratem do assunto.
- 470- A Contracs/CUT interagirá nos projetos que visem a qualificação do jovem ao primeiro emprego, na sua formação sindical e no conhecimento e ampliação dos seus direitos trabalhistas.

Espirito Santo, 24 de março de 2015.

Seguem-se os nomes, qualificações, cargos e assinaturas dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, suplentes.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Domingos Braga Mota, Secretário de Saúde e Segurança dos Trabalhadores da CONTRACS/CUT.

Maria Anatalia Ferreira das Mercedes, Conselho Fiscal efetivo.

Zenilda Leonardo da Silva Fonseca, Coordenadora da Região Centro-Oeste.

Apresentação:

Quem somos.

A CUT Socialista e Democrática – CSD é uma corrente sindical da Central Única dos Trabalhadores – CONTRACS/CUT. Nasce em 2002 para contribuir com o esforço coletivo de tornar o sindicalismo CUTista uma ferramenta mais eficaz na nova fase da luta de classes. A tarefa é ainda mais urgente porque a disputa de rumos no país está, novamente, na ordem do dia. As forças democrático-populares têm chances reais de avançar com campo democrático e popular. Com governo central do Brasil e abrir caminhos para a disputa pelo poder.

Uma aposta militante

A CSD reúne militantes sindicais, homens e mulheres, de diferentes gerações e etnias, de diversas categorias e dos vários estados do país que buscam resgatar o sentido mais profundo da palavra militância. Pessoas que sentem e agem como parte de um amplo movimento de transformação da sociedade, maior que o próprio o movimento sindical. Lutadores e lutadoras sociais que assumem a política como espaço e tempo para fazer a história.

Pessoas que compartilham valores sem os quais uma utopia fica apenas no plano da retórica. Rebeldia perante a ordem imperial. Indignação frente à injustiça social e a todas as formas de opressão e discriminação. Solidariedade que faz da luta de cada oprimido a luta de toda uma classe. Generosidade para dedicar sua energia para a emancipação humana. Coragem para assumir e buscar superar os conflitos e contradições presentes na construção de uma nova cultura. Pessoas comprometidas com a construção de uma profunda aliança social do sindicalismo cutista com o MST, com a Marcha Mundial de Mulheres, movimentos indígenas e ambientalistas, com os afrodescendentes, a Central de Movimentos Populares, a juventude, movimentos culturais, de gays e lésbicas e todos aqueles e aquelas que lutam contra a exploração e toda forma de opressão.

Militantes sindicais de diferentes tradições e que compartilham uma identidade programática que se expressa numa visão comum, mas não fechada, sobre os impasses estratégicos vividos pelo sindicalismo CUTista na sua construção e em sua orientação política e sobre como responder aos desafios da luta de classes no Brasil e no mundo.

ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA

Conjuntura Nacional

- 471- O Congresso da CONTRACS ocorre logo após as eleições de 2014. Para o setorial sindical da Articulação de Esquerda, corrente interna da CUT e do PT, apresenta o texto abaixo para contribuir ao debate sobre conjuntura nacional no Congresso da CONTRACS.
- 472- As Eleições de 2014 foram um momento marcante da luta de classes na sociedade brasileira. A grande burguesia, os setores conservadores, a grande mídia e a direita golpista empenharam todos os esforços e métodos, decididos a derrotar o campo democrático-popular e a reeleição da presidenta Dilma.
- 473- A vitória de Dilma foi garantida pelo apoio da classe trabalhadora, da maioria da esquerda política e social.
- 474- Uma eleição acirrada, com resultados sobre os quais devemos nos debruçar, pois é preciso compreender os motivos e os mecanismos político-culturais que levam parcelas dos setores médios e da classe trabalhadora a tomarem atitudes reacionárias e a votarem na candidatura dos ricos e poderosos.
- 475- Os governos progressistas de Lula e Dilma proporcionaram uma série de mudanças políticas e sociais muito significativas com destaque para o combate à miséria e a redução das desigualdades, a política de valorização do salário mínimo e baixas taxas de desemprego, mudanças importantes na política externa, priorizando a integração latino-americana e o fortalecimento do Mercosul, a parceria estratégica com a China e outros membros dos Brics.
- 476- Apesar dos avanços e conquistas dos últimos doze anos, a maioria da classe trabalhadora quer mudanças, quer o aprofundamento da democracia e mais direitos: quer qualidade nos serviços públicos de transporte, saúde, educação, segurança e saneamento, quer empregos mais qualificados e maiores salários, quer vida melhor na cidade e no campo.
- 477- E o atendimento destas demandas depende de um novo ciclo de desenvolvimento no País, com soberania e valorização do trabalho.
- 478- As sucessivas derrotas do governo no Congresso, onde formalmente possui maioria e uma grande base aliada, que foi iniciada pela derrubada da Política Nacional de Participação Social, são uma demonstração da nova conjuntura e da nova correlação de forças estabelecida pelos resultados eleitorais.
- 479- Com um Congresso eleito ainda mais conservador e a necessidade de grandes mudanças será necessária a construção de outro tipo de governabilidade, que dependa menos das maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados, e que dependa mais dos movimentos sociais e do apoio na sociedade como um todo.

- 480- E, para isto, será preciso que o novo governo Dilma retome relações com o movimento sindical e social, ouvindo e encaminhando o atendimento das principais pautas, como a redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salários e o fim do fator previdenciário, entre outras reivindicações.
- 481- O anúncio da nova equipe econômica, defensora de uma política de ajuste fiscal, aplaudida pelos conservadores, neoliberais e pela grande mídia e as sucessivas altas nas taxas de juros acendem um sinal amarelo e exigem que o movimento sindical e social entre com força na disputa pelo programa vencedor nas urnas.
- 482- É preciso incidir numa das principais disputas em curso, presente durante toda a campanha eleitoral e também após a vitória. Trata-se da disputa entre os que defendem a retomada do crescimento via ajuste fiscal e corte nos gastos públicos contra aqueles que defendem retomar o crescimento através da redução da taxa de juros e a adoção imediata de políticas industrializantes e de investimentos para a elevação da produção. E somente uma política econômica que parta destas diretrizes será capaz de fornecer as bases materiais indispensáveis para sustentar a mobilização popular, recuperar apoios perdidos junto aos movimentos sociais e isolar a oposição neoliberal e de direita.
- 483- As reformas estruturais com destaque para a Reforma Política, através de uma constituinte exclusiva, que aprofunde a democracia direta e representativa e institucionalize as formas de participação social no controle e nas decisões dos órgãos políticos do país não podem mais ser adiadas. A eliminação do financiamento privado das campanhas eleitorais é fundamental para acabar com a corrupção institucionalizada, que corrói o estado brasileiro e a credibilidade da política.
- 484- As atuais investigações demonstram que não existe financiamento eleitoral privado no país, todo ele provém de recursos públicos amealhados por esquemas de corrupção. A punição de corruptos e corruptores, o fim do financiamento privado de campanha e mudanças no arcabouço legal que dá sustentação à privatizações e outros mecanismos que favorecem a corrupção são essenciais para o Brasil seguir mudando.
- 485- É essencial a aprovação da regulamentação da mídia, totalmente monopolizada por grupos a serviço do grande capital e construir uma grande luta social para a realização das reformas estruturais, com destaque para a reforma tributária (grandes fortunas, fim do imposto de renda sobre salários) as reformas agrária e urbana, pelos serviços públicos em especial na educação pública, no transporte público; na segurança pública e no Sistema Único de Saúde, organizar e fortalecer a defesa dos direitos das mulheres, a criminalização da homofobia, o enfrentamento dos que tentam criminalizar os movimentos sociais.
- 486- A luta pelas reformas estruturais é essencial para que se inaugure um novo ciclo de desenvolvimento que constitua as bases para seguir transformando o Brasil. O movimento sindical, como o elo mais forte, organizado e estruturado do movimento social deve estar à frente desta luta, o Brasil está em frente de um impasse histórico que só pode ser superado com o fortalecimento da luta da classe trabalhadora.